



**ecorODOVIAS**

**DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

**2022**







**ecorodovias**

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

www.ecorodovias.com.br

**Balanco Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021		
<b>ATIVO</b>						<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.751	10.928	1.379.459	2.070.271	Fornecedores		729	763	270.251	205.598
Aplicações financeiras	6	224	383	48.035	100.541	Risco sacado	33	-	-	11.523	15.203
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	71.256	67.731	Empréstimos e financiamentos	15	-	1.257.663	106.979	1.353.123
Clientes	8	-	-	325.537	204.197	Debêntures	16	43.132	-	2.091.793	1.837.935
Dividendos a receber	11.c)	273.556	310.857	-	-	Passivo de arrendamento	17	-	420	51.252	17.568
Tributos a recuperar		5.212	5.143	96.401	62.323	Impostos, taxas e contribuições a recolher		486	381	75.056	53.649
Despesas antecipadas		748	640	26.175	18.994	Obrigações sociais e trabalhistas		7.251	4.296	106.968	87.317
Partes relacionadas	18	416	334	334	364	Partes relacionadas	18	-	-	96.857	36.080
Outros créditos - Venda participação		17.276	10.018	17.276	10.018	Obrigações com Poder Concedente	21	-	-	118.448	100.831
Outros créditos		2.656	2.357	101.929	59.066	Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.c)	-	-	45.385	18.076
Total do ativo circulante		<u>305.839</u>	<u>340.660</u>	<u>2.066.402</u>	<u>2.593.505</u>	Provisão para manutenção	19	-	-	94.792	95.143
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						Provisão para construção de obras	20	-	-	18.971	37.357
Aplicações financeiras - conta reserva	7	-	-	113.728	75.101	Dividendos a pagar	24.d)	58.352	1.319	58.352	1.319
Tributos diferidos	14.a)	-	-	355.223	259.433	Acordo de Leniência		3.011	8.140	6.866	82.951
Depósitos judiciais	10	85	91	165.963	206.283	Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	22.e)	15.450	23.425	38.281	23.425
Despesas antecipadas		-	-	1.645	-	Outras contas a pagar - Aquisição de empresas		-	-	8.222	9.949
Outros créditos - Venda participação		20.156	41.297	20.156	41.297	Outras contas a pagar		60	880	100.393	105.563
Outros créditos - Conta reserva - ANTT		11.703	11.774	1.125.566	1.072.617	Total do passivo circulante		<u>128.471</u>	<u>1.297.287</u>	<u>3.300.389</u>	<u>4.081.087</u>
Outros créditos		-	-	15.857	16.218	<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Tributos a recuperar		-	-	304.578	227.669	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.888.302	1.530.145
Ativo sujeito à indenização	9.b)	-	-	-	-	Debêntures	16	948.255	-	7.403.938	5.238.418
Investimentos:						Passivo de arrendamento	17	-	-	103.078	8.249
Em controladas e coligadas	11.a)	3.084.504	3.041.896	-	-	Tributos diferidos	14.a)	-	-	39.613	6.489
Ágio	11.b)	1.669	39.927	-	-	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	23	8	-	273.913	281.993
Imobilizado	12	5.151	5.044	391.636	434.860	Provisão para manutenção	19	-	-	228.905	206.728
Intangível	13	392	1.084	13.534.839	11.447.693	Provisão para construção de obras	20	-	-	47.748	12.200
Total do ativo não circulante		<u>3.123.660</u>	<u>3.141.113</u>	<u>16.042.507</u>	<u>13.800.389</u>	Obrigações com Poder Concedente	21	-	-	1.979.600	2.503.885
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>3.429.499</u>	<u>3.481.773</u>	<u>18.108.909</u>	<u>16.393.894</u>	Acordo de Leniência		6.709	7.109	7.607	10.459
						Acordo de Não Persecução Cível - ANPC	22.e)	13.722	33.924	139.582	33.924
						Outras contas a pagar - Aquisição de empresas		-	-	13.651	21.084
						Outras contas a pagar		28.640	23.144	163.903	129.195
						Total do passivo não circulante		<u>997.334</u>	<u>64.177</u>	<u>12.289.840</u>	<u>9.982.769</u>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	24.a)	2.054.305	2.054.305	2.054.305	2.054.305
						Reserva de lucros - legal	24.b)	12.563	278	12.563	278
						Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	24.d)	-	3.958	-	3.958
						Reserva de capital - plano de opção com base em ações		56.936	56.936	56.936	56.936
						Reserva de capital - alienação part. acionistas não controladores		14.219	14.219	14.219	14.219
						Reserva orçamento de capital	24.c)	175.058	-	175.058	-
						Ações em tesouraria		(9.387)	(9.387)	(9.387)	(9.387)
						Atribuído à participação dos acionistas controladores		2.303.694	2.120.309	2.303.694	2.120.309
						Participação acionistas não controladores no patrimônio das controladas	24.e)	-	-	214.986	209.729
						Total do patrimônio líquido		<u>2.303.694</u>	<u>2.120.309</u>	<u>2.518.680</u>	<u>2.330.038</u>
						<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>3.429.499</u>	<u>3.481.773</u>	<u>18.108.909</u>	<u>16.393.894</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico/diluído por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	25	-	-	6.061.329	4.651.761
Custo dos serviços prestados	26	-	-	(4.134.658)	(2.811.871)
<b>LUCRO BRUTO</b>				1.926.671	1.839.890
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas gerais e administrativas	26	(32.358)	(27.404)	(310.954)	(278.582)
Resultado de equivalência patrimonial	11.a)	477.284	507.373	-	(20)
Amortização do ágio sobre investimento	11.b)	(514)	(514)	-	-
Acordo de Não Persecução Cível - ANPC		-	(4.208)	-	(4.208)
Impairment de ativos	1.d)	(37.744)	-	(81.012)	-
Outras receitas (despesas), líquidas		946	812	7.678	10.848
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<u>407.614</u>	<u>476.059</u>	<u>1.542.383</u>	<u>1.567.928</u>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras	27	7.989	26.077	347.062	247.697
Despesas financeiras	27	(162.566)	(130.094)	(1.379.154)	(1.163.151)
		<u>(154.577)</u>	<u>(104.017)</u>	<u>(1.032.092)</u>	<u>(915.454)</u>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<u>253.037</u>	<u>372.042</u>	<u>510.291</u>	<u>652.474</u>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Correntes	14.b)	-	-	(331.556)	(287.003)
Diferidos	14.a)	-	-	62.666	1.791
		-	-	(268.890)	(285.212)
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>		<u>253.037</u>	<u>372.042</u>	<u>241.401</u>	<u>367.262</u>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO RESULTANTE DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS</b>	32	(7.342)	-	(7.342)	-
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<u>245.695</u>	<u>372.042</u>	<u>234.059</u>	<u>367.262</u>
<b>ATRIBUÍVEL A:</b>					
Participação dos acionistas controladores		245.695	372.042	245.695	372.042
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(11.636)	(4.780)
		<u>245.695</u>	<u>372.042</u>	<u>234.059</u>	<u>367.262</u>
<b>LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS</b>					
Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28	0,35320	0,59018	0,35320	0,58260
Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28	0,35320	0,59018	0,35320	0,58260
<b>LUCRO POR AÇÃO - OPERAÇÕES CONTINUADAS</b>					
Básico - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28	0,36376	0,59018	0,34703	0,58260
Diluído - lucro do período atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	28	0,36376	0,59018	0,34703	0,58260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		245.695	372.042	234.059	367.262
<b>OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		-	-	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO</b>		<u>245.695</u>	<u>372.042</u>	<u>234.059</u>	<u>367.262</u>
<b>ATRIBUÍVEL A:</b>					
Acionistas controladores		245.695	372.042	245.695	372.042
Acionistas não controladores		-	-	(11.636)	(4.780)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>RECEITAS</b>					
Com arrecadação de pedágio		-	-	3.458.392	3.463.568
Com construção		-	-	2.488.971	1.163.434
Portuárias		-	-	622.855	518.730
Logística		-	-	33.394	27.121
Outras receitas		-	-	111.062	108.602
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Custo dos serviços prestados		-	-	(3.197.562)	(1.797.485)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.769)	(13.858)	(146.796)	(147.321)	
Outros		-	-	(223.443)	(214.546)
<b>VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO BRUTO</b>		<u>(10.769)</u>	<u>(13.858)</u>	<u>3.144.873</u>	<u>3.122.103</u>
<b>DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>					
Depreciação		(1.446)	(1.326)	(581.212)	(691.144)
Amortização de investimentos		(514)	(514)	-	-
Acordos de Não Persecução Cível - ANPC		-	(4.208)	-	(4.208)
Impairment de ativos		(37.744)	-	(81.012)	-
<b>VALOR (CONSUMIDO) ADICIONADO LÍQUIDO</b>		<u>(11.287)</u>	<u>(19.682)</u>	<u>2.482.649</u>	<u>2.426.751</u>
<b>PRODUTO PELA COMPANHIA</b>		<u>(50.473)</u>	<u>(19.906)</u>	<u>2.482.649</u>	<u>2.426.751</u>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Receitas financeiras		7.989	26.077	347.062	247.697
Resultado de equivalência patrimonial		477.284	507.373	-	(20)
Outras receitas (despesas), líquidas		946	812	7.678	10.848
		<u>486.219</u>	<u>534.262</u>	<u>2.837.389</u>	<u>2.685.276</u>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		<u>435.746</u>	<u>514.356</u>	<u>2.837.389</u>	<u>2.685.276</u>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Pessoal		19.482	11.745	500.505	440.488
Remuneração direta		18.850	11.186	392.920	335.706
Benefícios		335	404	84.807	82.549
FGTS		297	155	22.778	22.233
Impostos, taxas e contribuições		-	-	698.792	700.360
Federais		-	-	484.286	490.482
Estaduais		-	-	-	3
Municipais		-	-	214.506	209.875
Remuneração de capitais de terceiros		163.227	130.569	1.396.691	1



Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura", "Companhia" ou "EIL") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "EOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuária, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui onze concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopátio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporte) distribuídos em nove estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste. As principais informações sobre os Contratos de Concessão das controladas da Companhia estão descritas na Nota Explicativa nº 21. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP. As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão resumidas na Nota Explicativa nº 11. Em 14 de março de 2023, o Comitê de Auditoria, analisou e se manifestou favoravelmente a estas Demonstrações Financeiras e o Conselho de Administração da Companhia as aprovou em 15 de março de 2023. a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19: Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que os principais indicadores impactos pela COVID-19, já apresentaram recuperação a níveis pré-pandemia, sendo eles: (i) o tráfego de veículos leves e pesados de suas controladas do segmento de Concessões Rodoviárias; e (ii) importação e exportação do Porto de Santos. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios do Grupo EcoRodovias, c) Visão ESG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): A estratégia do Grupo EcoRodovias para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer o alicerce de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas - adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para a interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios do Grupo EcoRodovias, d) Impairment de ativos: No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, através de sua controlada ELG-01 Participações Ltda, realizou avaliação de seus terrenos, denominados Glebas A, B, C e D, localizados na zona rural do município de São Bernardo do Campo - SP para determinação dos correspondentes valores de mercado. Para a avaliação, foram utilizadas as determinações contidas nas Normas de Avaliações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, pelo método comparativo direto de dados de mercado, com homogeneização por fatores. Considerando o laudo elaborado, a Companhia reconheceu o impairment do montante excedente conforme demonstrado abaixo:

	Valor Anterior em 31/12/2022	Valor do Laudo de Avaliação	Ajuste de Impairment líquido no resultado do exercício
Terrenos (i).....	101.572	20.560	81.012

(i) Considera: (i) R\$63.828 contabilizados na rubrica "terrenos" nas controladas indiretas Paquetá Participações Ltda e Anish Empreendimentos e Participações Ltda; e (ii) R\$37.744 contabilizados na rubrica "Mais Valia - Anish" na Companhia, sendo que tal valor, para efeitos de consolidação, era reclassificado para a rubrica "terrenos", conforme Nota Explicativa nº 12. b).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4. 2.2. Base para consolidação: A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil. As políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3. A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto (ou joint venture), sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

Controladas diretas:	31/12/2022	31/12/2021	Objetivos principais
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	100%	100%	Participar em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista, além da prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.
EIL01 Participações S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecoporte Santos S.A.	100%	100%	Operações portuárias, manuseio e a armazenagem de cargas de importação e exportação no Porto de Santos.
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	100%	100%	Manuseio e armazenagem de cargas de importação e exportação sob controle aduaneiro.
ELG-01 Participações Ltda.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
EIL04 S.A.	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Ecopátio Logística Cubatão Ltda	100%	100%	Administrar o terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões, cargas e contêineres com destino ao Porto de Santos.
EIL06 S.A.	100%	-	Participação em outras sociedades na qualidade de sócia e acionista.

Controladas Indiretas:	31/12/2022	31/12/2021	Objetivos principais
Via Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:			
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes.
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	100%	100%	Exploração, pelo regime de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão.
CECM Concessões S.A. (anteriormente denominada Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.)	100%	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
RDC Concessões S.A. (anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocatartas)	100%	100%	Exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário e participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas.
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	100%	100%	Exploração sob o regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.
Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ...	100%	100%	Exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA.
Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte	100%	100%	Exploração da concessão da rodovia BR-101/RJ - Trecho Acesso à Ponte Presidente Costa e Silva (Niterói) - Entr. RJ-071 (Linha Vermelha) "Ponte Rio-Niterói".
EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. (anteriormente denominada Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel)	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (BR-116/465/493/RJ/MG), (vide Nota Explicativa nº 11. a).
Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais (BR-135, MG-231, LMG-754)
Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Lote de rodovias do Estado de Minas Gerais (BR-364/365/GO/MG)
EIL05 S.A.	100%	100%	Participação em outras sociedades na qualidade de sócia e acionista.
Holding do Araguaia S.A.	65%	65%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.
Argovias Administração e Participações S.A.	100%	100%	Participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia-quotista.
Via Argovias Administração e Participações S.A.:			
Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. ...	100%	100%	Exploração de concessão da Rodovia BR-050 MG/GO.

Controladas Indiretas:	31/12/2022	31/12/2021	Objetivos principais
Via Holding do Araguaia S.A.:			
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.	100%	100%	Exploração sob regime de concessão do Sistema Rodoviário (BR-153/414/080/ TO/GO).
Via ELG-01 Participações Ltda:			
Anish Empreendimentos e Participações Ltda	100%	100%	Participação em outras companhias, na qualidade de sócia ou acionista.
Via Anish Empreend. e Participações Ltda:			
Paquetá Participações Ltda	100%	100%	Administração de bens próprios, tais como imóveis, títulos mobiliários e ativos financeiros, e a participação, direta ou indireta, na qualidade de sócia ou acionista de qualquer sociedade.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas mencionadas na Nota Explicativa nº 11, e os principais procedimentos para consolidação são os seguintes: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas; • Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos prejuízos acumulados das investidas; • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de transações entre as empresas que fazem parte da consolidação; • Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da controladora na investida. 2.3. Moeda funcional de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia e consolidadas: a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas diretas e indiretas quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é coletar fluxos de caixa contratuais; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo os períodos de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, incluindo o custo de amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia

e suas controladas reconhecem a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (vide Nota Explicativa nº 27). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descausamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente, concessões de rodovias, são de longo prazo e estão sujeitos a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de impairment descritos na Nota Explicativa nº 13 Intangível, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há um valor indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que os correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Provisões para perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura: Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ágio não amortizado em razão dos prazos definidos nos contratos de concessão. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis com vida útil definida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Os contratos de concessão da Companhia, substancialmente



**ecorodovias**

**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS**

CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

[www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remunerados à taxa média ponderada de 103% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,5% em 31 de dezembro de 2021), sem o risco de perda significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação automática, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

**6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Recursos não vinculados	224	383	48.035	100.541
	224	383	48.035	100.541

Em 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerado à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

**7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - CONSOLIDADO**

As aplicações financeiras - conta reserva, são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	31/12/2022	31/12/2021
	Fundo de investimento (a)	135.886
Certificado de depósito bancário (CDB) (b)	47.975	40.631
Conta corrente - Reserva (c)	1.123	-
	184.984	142.832
Circulante	71.256	67.731
Não circulante	113.728	75.101

(a) O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 98,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (98,3% em 31 de dezembro de 2021). (b) O Certificado de Depósito Bancário (CDB) é remunerado à taxa média ponderada de 89,2% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (89,1% do CDI em 31 de dezembro de 2021). (c) Saldo em Conta Corrente Reserva, referente a movimentação em 31 de dezembro de 2022. Não há remuneração aplicável para Conta Corrente Reserva. As aplicações financeiras - conta reserva, refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva, por estarem vinculadas aos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte-Rio Niterói - Ecoponte, Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A. e Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e Ecovias do Araguaia S.A., para operações BNDES e Ecoporto Santos S.A. para garantia CETESB.

**8. CLIENTES - CONSOLIDADO**

A composição está assim representada:

	31/12/2022	31/12/2021
Pedágio eletrônico (a)	239.969	157.369
Receitas acessórias (b)	2.331	2.441
Recebíveis de portos (c)	33.978	28.162
Outras contas a receber	56.812	22.193
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d)	(7.553)	(5.968)
	325.537	204.197

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios. (d) O valor das perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro. O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	322.037	201.570
Vencidos:		
Até 30 dias	5.625	4.061
De 31 a 90 dias	827	677
De 91 a 120 dias	259	168
Acima de 120 dias	4.342	3.689
	333.090	210.165

A movimentação do exercício nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(5.968)	(7.848)
Valores recuperados	5.442	9.323
Valores baixados	243	-
Constituição de PECLD	(7.270)	(7.443)
Saldo no fim do exercício	(7.553)	(5.968)

**9. OUTROS CRÉDITOS - CONSOLIDADO**

a) Conta Reserva - ANTT - Ecovias do Araguaia e EcoRioMinas

	31/12/2022	31/12/2021
Ecovias do Araguaia (i)	1.123.688	1.072.617
EcoRioMinas (ii)	1.878	-
	1.125.566	1.072.617

(i) Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a controlada Concessionária Ecovias do Araguaia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica "Obrigações com Poder Concedente", cuja função é garantir a sustentabilidade econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do adiantamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da controlada. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante registrado à título de "receita de aplicação financeira" é de R\$37.628. Adicionalmente, conforme cláusula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão; e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. (ii) Referire-se à cláusula 12.2 do contrato de concessão - 4% de retenção sobre a receita bruta auferida para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais.

b) Ativo sujeito a indenização

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo financeiro	293.474	227.669
Residual Ativo Imobilizado	31.535	66.585
	325.009	294.254

Em 31 de dezembro de 2020, em virtude de aspectos regulatórios do Contrato de Concessão da controlada Ecoporto Santos, em que a Secretária Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura indeferiu o pleito de prorrogação do Contrato sem prejuízo do direito de reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos, a controlada reconheceu um ativo financeiro, correspondente à parcela de atualização monetária e remuneração sobre os valores dos ativos que serão reversíveis. A mensuração foi realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Nota Técnica da ANTAQ 3/2015/STN/SEAE/MF, que prevê uma taxa WACC regulatória de 10% a.a. acrescida da variação do IGP-M, e previsão de recebimento da indenização de seis meses a um ano após o final do contrato de concessão, correspondendo em dezembro de 2023 ao valor de R\$315.308.

**10. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

A natureza dos depósitos judiciais é:

Natureza:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cível	70	66	14.037	7.905
Tributário	-	-	4.062	6.025
Trabalhista	15	25	18.838	20.214
Meio Ambiente (**)	-	-	-	63.511
Desapropriações	-	-	25.648	23.831
THC2 - Terminal Handling Charge	-	-	89.760	84.797
Órgão Regulador (*)	85	91	165.963	206.283

(\*) Trata-se de depósitos em garantia das controladas Ecovias e Ecopistas, realizados em ações anulatórias movidas em face da Artep e que discutem a aplicabilidade de multa administrativa em decorrência de possível descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato de concessão. As controladas entendem que as multas não são devidas, e para possibilitar a discussão da matéria e obter a suspensão da exigibilidade do pagamento até o final do processo, foram apresentados depósitos judiciais em garantia. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 23 Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias. Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	91	2.666	206.283	209.082
Adições	-	-	30.365	2.605
Baixas (**)	(9)	(2.576)	(84.248)	(9.142)
Atualização monetária	3	1	13.563	3.738
Saldo no fim do exercício	85	91	165.963	206.283

(\*\*) Vide Nota Explicativa nº 23.a)

**11. INVESTIMENTOS**

a) Controladora

	Controladas diretas								
	Valores das investidas		Percentual de participação direta - %		Investimento		Equivalência patrimonial		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Patrimônio líquido/ Passivo a descoberto	Resultado do exercício	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	2.617.471	456.073	100	100	2.617.471	2.573.583	456.073	426.482	
Ecoporto Santos S.A.	404.900	90.750	100	100	404.900	309.150	90.750	80.988	
ELG-01 Participações Ltda.	21.106	(45.271)	100	100	21.106	63.912	(45.271)	(2.780)	
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	
Consortório Rota do Horizonte S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(20)	
EIL-01 Participações S.A.	380	27	100	100	380	366	27	9	
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel.	-	-	-	-	-	16.200	-	244	413
EIL05 S.A. (i)	-	-	-	-	-	1	-	-	7
EIL06 S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Ecopálio Logística Cubatão Ltda.	45.034	(4.742)	100	100	45.034	63.276	(4.742)	(74)	
Lucros não realizados - Eco101	(839)	52	-	-	(787)	(839)	52	52	
	3.041.896	(412.198)	7.817	(16.795)	(13.500)	477.284	3.041.896	507.373	

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 está apresentada a seguir:

	Dividendos e juros sobre capital próprio		Aporte de capital		Redução de capital		Equivalência patrimonial	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	2.573.583	(412.185)	-	-	456.073	2.617.471	-	-
Ecoporto Santos S.A.	309.150	-	5.000	-	90.750	404.900	-	-
ELG-01 Participações Ltda.	63.912	-	2.465	-	(45.271)	21.106	-	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.248	-	-	-	(19.849)	(3.601)	-	-
EIL 01 Participações S.A.	366	-	(13)	-	-	27	380	-
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel (i)	16.200	-	350	(16.794)	-	244	-	-
EIL05 S.A. (i)	-	-	-	1	(1)	-	-	-
EIL06 S.A.	-	-	-	1	-	-	-	1
Ecopálio Logística Cubatão Ltda.	63.276	-	-	-	(13.500)	(4.742)	45.034	-
Lucros não realizados - Eco101	(839)	52	-	-	(787)	(839)	52	52
	3.041.896	(412.198)	7.817	(16.795)	(13.500)	477.284	3.041.896	507.373

(i) Em 25 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a transferência da totalidade das ações detidas pela Companhia no capital social das empresas (a) Concessionária do Rodoanel Norte S.A. ("Ecorodoanel"); e (b) EIL05 S.A., para sua subsidiária Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., pelos seus valores contábeis na data-base 30 de abril de 2022, conforme laudo de avaliação emitido pela APSPIS Consultoria e Avaliações Ltda, sendo R\$16.794 e R\$1, respectivamente. A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada a seguir:

	Dividendos e juros sobre capital próprio		Aporte de capital		Redução de capital		Equivalência patrimonial	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.148.957	(351.856)	1.350.000	-	426.482	2.573.583	-	-
Ecoporto Santos S.A.	105.162	-	123.000	-	80.988	309.150	-	-
ELG-01 Participações Ltda.	64.216	-	2.476	-	(2.780)	63.912	-	-
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	13.945	-	-	-	2.303	16.248	-	-
Consortório Rota do Horizonte S.A.	166	-	-	(146)	(20)	-	-	-
EIL 01 Participações S.A.	359	-	(2)	-	9	366	-	-
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel.	15.562	-	225	-	413	16.200	-	-
EIL03 S.A.	-	-	-	1	(1)	-	-	-
Ecopálio Logística Cubatão Ltda.	73.350	-	-	-	(10.000)	(74)	63.276	-
Lucros não realizados - Eco101	(891)	52	-	-	-	52	(839)	52
	1.420.826	(351.858)	1.475.702	(147)	(10.000)	507.373	3.041.896	507.373

b) Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2022	Amortização	Impairment (*)	31/12/2022
Ágio - Ecosul	2.183	(514)	-	1.669
Mais Valia - Anish	37.744	-	(37.744)	-
	39.927	(514)	(37.744)	1.669

	31/12/2020	Amortização	31/12/2021
Ágio - Ecosul	2.697	(514)	2.183
Mais Valia - Anish	37.744	-	37.744
	40.441	(514)	39.927

(\*) Vide Nota Explicativa nº 1.d)

c) Investimentos e Juros sobre Capital Próprio:

	31/12/2021	Propostos	Recebidos	31/12/2022
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	310.855	412.185	(449.499)	273.541
EIL-01 Participações S.A.	2	13	-	15
	310.857	412.198	(449.499)	273.556

d) A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 31 de dezembro de 2022:

	ATIVO Circulante	ATIVO NÃO Circulante	PASSIVO Circulante	PASSIVO NÃO Circulante	Patrimônio Líquido/ (Passivo a Descoberto)
<b>Controladas diretas</b>					
EIL01	396	-	396	16	380
Ecorodovias Concessões	7.067.514	302.688	6.764.826	7.067.514	1.548.426
Ecoporto Santos	577.115	110.766	466.349	577.115	61.797
Termares	55.945	37	55.945	39.815	19.731
ELG01	21.106	85	21.021	21.106	-
EIL-06	1	1	-	-	-
Ecopálio	50.967	12.230	38.737	50.967	2.857



**ecorodovias**

**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS**

CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

[www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022, alguns bens (do ativo imobilizado), classificados na rubrica "veículos" (caminhões e reboques), estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos. Para as debêntures não existem garantias dessa natureza. A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

**13. INTANGÍVEL**

**Política contábil:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de carga de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Os ágio que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles relacionados, mas que não tenham sido alocados diretamente à concessão ou a outros ativos e passivos, e que tenham o benefício econômico limitado ao tempo (prazo definido) em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

	Software de terceiros	Outros Intangíveis	Direito de Uso - CPC06 (R2) (c)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	3,9	-	-	-
<b>CUSTO</b>				
Saldos em 31/12/2021	1.195	73	2.288	3.556
Adições	126	-	-	126
Baixas	-	(73)	-	(73)
Saldos em 31/12/2022	1.321	-	2.288	3.609
<b>AMORTIZAÇÃO</b>				
Saldos em 31/12/2021	(1.111)	-	(1.361)	(2.472)
Adições	(49)	-	(696)	(745)
Saldos em 31/12/2022	(1.160)	-	(2.057)	(3.217)
<b>RESIDUAL</b>				
Em 31/12/2022	161	-	231	392
Em 31/12/2021	84	73	927	1.084

	Software de terceiros	Outros Intangíveis	Direito de Uso - CPC06 (R2) (c)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	2,4	-	-	-
<b>CUSTO</b>				
Saldos em 31/12/2020	1.175	-	897	2.072
Adições	20	73	1.391	1.484
Saldos em 31/12/2021	1.195	73	2.288	3.556
<b>AMORTIZAÇÃO</b>				
Saldos em 31/12/2020	(1.083)	-	(813)	(1.896)
Adições	(28)	-	(754)	(782)
Baixas	-	-	206	206
Saldos em 31/12/2021	(1.111)	-	(1.361)	(2.472)
<b>RESIDUAL</b>				
Em 31/12/2021	84	73	927	1.084
Em 31/12/2020	92	-	84	176

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	6,7	-	-	3,8	-

	CUSTO	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Saldos em 31/12/2021	14.498.797	8.561	192.009	1.658.686	2.878	87.215	16.448.146
Adições	614.238	-	31.042	2.367.532	381	181.761	3.195.054
Baixas (d)	(626.864)	-	(7.929)	(2.293)	(1.280)	-	(638.356)
Transferências	1.173.821	-	292	(1.175.444)	-	(1.381)	-
Saldos em 31/12/2022	15.659.992	8.561	215.384	2.848.591	1.979	268.976	19.003.483

	AMORTIZAÇÃO	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Saldos em 31/12/2021	(4.769.581)	(6.242)	(161.346)	-	(1.071)	(62.223)	(5.000.463)
Adições	(408.979)	(514)	(13.287)	-	(67)	(52.507)	(475.354)
Baixas	2	-	6.877	-	-	-	6.879
Transferências	79	-	215	-	-	-	294
Saldos em 31/12/2022	(5.178.479)	(6.756)	(167.541)	-	(1.138)	(114.730)	(5.468.644)

	RESIDUAL	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Em 31/12/2022	10.481.513	1.805	47.843	2.848.591	841	154.246	13.534.839
Em 31/12/2021	9.729.216	2.319	30.663	1.658.686	1.807	24.992	11.447.683

	Contratos de Concessão (a)	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de depreciação - %	-	-	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	(b)	-	5,9	-	-	3,2	-

	CUSTO	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Saldos em 31/12/2020	11.161.940	8.561	176.933	1.115.796	1.598	73.865	12.538.693
Adições	3.081.201	-	15.109	807.574	1.280	13.350	3.918.514
Baixas	(2.720)	-	(38)	(7.518)	-	-	(8.276)
Transferências	258.376	-	5	(257.166)	-	-	1.215
Saldos em 31/12/2021	14.498.797	8.561	192.009	1.658.686	2.878	87.215	16.448.146

	AMORTIZAÇÃO	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Saldos em 31/12/2020	(4.189.498)	(5.728)	(150.494)	-	(1.006)	(36.526)	(4.383.252)
Adições	(578.923)	(514)	(10.852)	-	(71)	(25.903)	(616.253)
Baixas	-	-	-	-	-	206	206
Transferências	(1.160)	-	-	-	6	-	(1.154)
Saldos em 31/12/2021	(4.769.581)	(6.242)	(161.346)	-	(1.071)	(62.223)	(5.000.463)

	RESIDUAL	Ágio Ecosul	Software de terceiros	Intangível andamento (c)	Outros	Direito de Uso - CPC 06 (R2)	Total
Em 31/12/2022	9.729.216	2.319	30.663	1.658.686	1.807	24.992	11.447.683
Em 31/12/2020	6.972.442	2.833	26.439	1.115.796	592	37.339	8.155.441

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária e Direito de Outorga. Em 31 de dezembro de 2022, as principais adições nesta rubrica referem-se a pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, cantoneiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização, Ônus da Concessão e outros. (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2022 foram de 2,81% a.a. (4,49% a.a. em 31 de dezembro de 2021). De acordo com as modificações introduzidas pelo Termo Aditivo Modificativo (TAM) 19/2021 da controlada Ecosul dos Imigrantes, anualmente, na data de reajuste da tarifa e de acordo com o Fluxo de Caixa Marginal, a Companhia faz jus ao direito da diferença ocasionada pela substituição do tráfego e receita projetada para o reequilíbrio pelo tráfego e receita efetivamente ocorrida no período imediatamente anterior à data do reajuste, revisando-se desta forma o prazo de extensão inicialmente previsto para o reequilíbrio contratual proporcionado por cada um dos termos aditivos, que poderá/deverá sofrer alterações, uma vez que: (i) o IPCA será utilizado exclusivamente para o reajuste da base tarifária quilométrica; (ii) o novo índice monetário contratual (IAM), que considera uma mescla entre IPCA e IGPM, servirá para todas as outras finalidades do contrato; (iii) a Portaria 35 emitida pela ARTESP que dispõe sobre a apuração do desequilíbrio e reequilíbrio através de Fluxo de Caixa Marginal, estabelece que os cálculos deverão ser feitos a preços constantes e a valores da data base contratual (neste caso julho/97), retroajustados de acordo com o índice e os prazos de reajuste definidos no contrato de concessão, neste caso, o IAM; e (iv) considerando que a tarifa será reajustada sempre pelo IPCA, e o índice contratual considera uma mescla entre IPCA e IGPM, identifica-se um possível "upside" ou "downside" se confirmadas as projeções atuais, necessitando de um maior ou menor prazo para o reequilíbrio. Dessa forma, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, considera-se para fins de amortização, o prazo de 09 de outubro de 2036, em substituição à data contratual de 11 de fevereiro de 2034. (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2022 referem-se às duplicações e melhorias, desapropriações, restauração e reabilitação de pavimentos, levantamento de parâmetros, implantação de drenos de pavimentos, recuperação de obras de arte especiais, restauração de passivos e condicionantes ambientais, recuperação e contenção de encostas, implantação de passarelas, reabilitação do pavimento, trabalhos iniciais nas rodovias, obras civis nas praças de pedágios, e capitalização de encargos. (d) Vide Notas Explicativas nº 21.v) e 21.vi). No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram capitalizados R\$252.577 referentes a encargos financeiros (R\$129.492 em 31 de dezembro de 2021) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, individualmente em cada concessionária. A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2022. O valor em uso das controladas foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção; as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCF ou Free Cash Flow to Firm), cujas perspectivas de crescimento baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (Weighted Average Cost of Capital) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: (a) WACC para concessionárias de rodovia: 10,45% a.a. (13,79% a 26,40% antes dos impostos, de acordo com o fluxo de caixa concessionária); e (b) WACC para Ecoporto Santos e Ecopólio: 10,86% a.a. (10,86% e 17,31% antes dos impostos, respectivamente). Com base nos procedimentos realizados relacionados à avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de impairment a ser constituído no resultado do exercício.

**14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**Política contábil:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto e lei tributária que foram promulgadas até a data do balanço. a) Tributos diferidos: A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o exercício:

	Consolidado			Resultado 31/12/2022	Resultado 31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Baixas		
Realização do ágio na incorporação:					
Ecosul	1.528	-	(350)	1.178	(350)
FDC Concessões	1	-	(1)	-	(1)
Ecopólio	2.313	-	(289)	2.024	(289)
Argovias	11.678	4.100	(1.733)	14.045	2.367
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	16.943	4.122	(5.888)	15.177	(1.766)
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	205.077	116.754	(6.956)	314.875	109.798
Provisão para manutenção	74.618	35.259	(28.782)	81.095	6.477
AVP ónus concessão	36.371	20.609	(26.963)	30.017	(6.354)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	591	89	(197)	483	(108)
Juros Lei nº 12.973/14 - extinção RTT	(35.068)	-	3.316	(31.752)	3.316
Depreciação societária	(1.532)	-	-	(1.532)	-
Juros capitalizados	(59.536)	(29.933)	2.273	(87.196)	(27.660)
Direito reequilíbrio	-	(24.140)	-	(24.140)	(24.140)
Outros	(40)	213	1.163	1.336	1.376
IR e CS diferido - ativo/passivo	252.944	127.073	(64.407)	315.610	-
Receita (despesa) de IR e CS diferido	-	-	-	-	62.666

(i) O saldo refere-se ao prejuízo fiscal das controladoras: Ecorodovias Concessões e Serviços, Termare, Eco050, Eco135 e EcoRioMinas. Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 73, a companhia possui em 31 de dezembro de 2022 R\$355.223 no ativo não circulante e R\$39.613 no passivo não circulante (R\$259.330 no ativo circulante e R\$6.489 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021), e registrou R\$62.666 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais das controladas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
2022	-	52.530	-
2023	23.094	11.529	-
2024	9.390	9.774	-
2025	5.533	1.241	-
2026	16.997	18.190	-
2027	18.863	10.804	-
Posterior a 2027 (*)	241.733	134.076	-
	315.610	252.944	-

(\*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio (direito de concessão), ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e ajuste do RTT (Regime Tributário de Transição) serão amortizados em prazos razoáveis antes do término de cada concessão.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	253.037	372.042	510.291	652.474
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(86.033)	(126.494)	(173.499)	(221.841)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Lucros não realizados	-	-	(5.854)	(3.830)
Gratificações/PPR diretores	(222)	(773)	(1.998)	(2.237)
Equivalência patrimonial	162.277	172.507	-	(7)
Despesas indevidáveis	(153)	(6)	(502)	(959)
Amortização de ágio	(175)	(175)	34.937	29.473
Impairment (ii)	(12.833)	-	(12.833)	-
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	2.261	1.773
Créditos tributários não constituídos (i)	(63.918)	(51.050)	(167.216)	(109.852)
Baixa créditos tributários anos anteriores	-	-	-	(1.100)
Operações descontinuadas	2.496	-	2.496	-
Acordo Leniência/Não Perseguição Cível	(1.568)	(3.620)	(2.856)	(4.757)
Capitalização juros s/investimentos	-	-	46.013	18.288
Outros	129	9.611	10.161	9.837
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(268.890)	(285.212)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(331.556)	(287.003)
Impostos diferidos	-	-	62.666	1.791
Taxa efetiva	-	-	52,7%	43,7%

(i) São compostos pelas empresas Ecoporto Santos, Termare, CECM, Eco101 e Holding do Araguaia. (ii) Vide Nota Explicativa nº 1.d). (iii) Provisão para Imposto de renda e contribuição social: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	18.076	24.970
Despesa IR/CS DRE	331.556	287.003
Total de IR/CS pagos	(304.247)	(293.897)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	45.385	18.076

**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO**

Modal
-------



**ecorodovias**  
**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA  
 E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS**  
 CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948  
[www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. Os subcréditos e liberações efetuados são como segue:

Subcrédito (*)	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a.....	99.200	99.200	99.200	114 mensais
b.....	85.528	85.528	85.528	114 mensais
d.....	27.999	27.999	26.525	114 mensais
e.....	21.769	21.769	19.048	8 anuais
j.....	11.281	11.281	8.312	114 mensais
k.....	22.438	22.438	16.534	114 mensais
l.....	9.169	9.169	6.418	10 anuais
Total.....	277.384	277.384	261.565	

(\*) Os subcréditos c, f, g, h e i foram cancelados, através do 5º aditivo assinado em novembro de 2018.

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A.....	188.473	188.473	68.595	150 parcelas
B1.....	66.237	66.237	17.034	150 parcelas
B2.....	52.483	52.483	12.851	150 parcelas
B3.....	117.799	117.799	27.743	150 parcelas
B4.....	28.388	-	-	150 parcelas
B5.....	22.493	-	-	150 parcelas
B6.....	50.485	-	-	150 parcelas
C1.....	54.165	-	-	150 parcelas
C2.....	28.231	-	-	150 parcelas
C3.....	99.159	-	-	150 parcelas
C4.....	50.671	-	-	150 parcelas
C5.....	26.409	-	-	150 parcelas
C6.....	92.782	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL.....	4.389	-	-	150 parcelas
Total.....	882.144	424.992	126.223	

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a.....	107.465	62.649	12.061	177 mensais
b.....	177.920	127.465	16.509	157 mensais
c.....	118.915	69.546	5.609	163 mensais
d.....	10.625	1.495	210	177 mensais
e.....	2.075	2.076	288	157 mensais
Total.....	417.000	263.231	34.677	

Subcrédito	BDMG			Parcelas
	Total	Liberado	Amortização	
a.....	85.000	85.000	8.061	234 mensais
b.....	35.000	26.214	1.383	234 mensais
Total.....	120.000	111.214	9.444	

Subcrédito	FINISA			Parcelas
	Total	Liberado	Amortização	
a.....	350.000	326.350	26.849	234 mensais
Total.....	350.000	326.350	26.849	

Subcrédito	BNDES			Parcelas
	Total	Liberado	Amortização	
A.....	75.998	75.998	7.240	234 mensais
B1.....	17.026	17.026	1.623	234 mensais
B2.....	25.387	25.387	2.427	234 mensais
C1.....	18.912	18.912	1.810	234 mensais
C2.....	28.916	28.916	2.640	234 mensais
D1.....	19.603	19.603	602	234 mensais
D2.....	27.558	6.038	179	234 mensais
R.....	46.600	46.600	4.176	234 mensais
S.....	2.675	-	-	234 mensais
X.....	42.500	42.500	3.556	234 mensais
Y.....	48.000	48.000	640	234 mensais
Z.....	79.500	34.159	439	234 mensais
Total.....	432.675	363.139	25.332	

Subcrédito	FDCO			Parcelas
	Total	Liberado	Amortização	
a.....	200.000	186.486	41.210	40 semestrais
Total.....	200.000	186.486	41.210	

Subcrédito	Eco135			Parcelas
	Total	Liberado	Amortização	
a.....	71.489	71.489	4.358	276 mensais
b 1ª.....	661.572	328.436	-	234 mensais
c.....	263.289	55.194	-	234 mensais
Total.....	996.350	455.119	4.358	

**16. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Ref.	Companhia	Emissão	Série	Tipo e Forma	Data emissão	Vencimento final	Taxa contratada	Controladora		Consolidado	
								Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021
a)	Ecovias dos Imigrantes	2a	2a	(i)	15/04/2013	abr/24	IPC-A + 4,28% a.a.	-	-	819.410	1.162.935
b)	Ecovias dos Imigrantes	3a	Única	(i)	06/05/2021	mai/22	CDI 1,05% a.a.	-	-	-	606.935
c)	Ecovias dos Imigrantes	4a	Única	(i)	17/03/2022	abr/24	CDI + 1,20% a.a.	-	-	975.301	-
d)	Ecosul	4a	Única	(i)	30/05/2021	mai/24	CDI + 1,65% a.a.	-	-	373.955	371.941
e)	Ecopistas	1a	1a	(i)	15/01/2011	jan/23	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	23.015	64.017
f)	Ecopistas	1a	2a	(i)	15/01/2011	abr/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	-	21.358
g)	Ecopistas	1a	3a	(i)	15/01/2011	jul/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	-	20.923
h)	Ecopistas	1a	4a	(i)	15/01/2011	out/22	IPC-A + 8,25% a.a.	-	-	-	20.495
i)	Ecoponte	1a	Única	(i)	15/10/2019	out/34	IPC-A + 4,4% a.a.	-	-	267.506	257.708
j)	Eco050	1a	Única	(i)	15/12/2017	dez/29	IPC-A + 9% a.a.	-	-	106.309	100.897
k)	Ecovias do Cerrado	1a	Única	(i)	14/09/2022	set/23	CDI + 1,15% a.a.	-	-	187.216	-
l)	Ecovias do Araguaia	1a	Única	(i)	15/06/2022	jul/51	IPCA + 6,66% a.a.	-	-	609.000	-
m)	Ecorodovias Concessões	2a	3a	(i)	15/10/2012	out/22	IPC-A + 5,35% a.a.	-	-	-	232.708
n)	Ecorodovias Concessões	6a	2a	(i)	15/11/2017	nov/22	10,25% do CDI	-	-	-	379.376
o)	Ecorodovias Concessões	6a	3a	(i)	15/11/2017	nov/24	IPC-A + 6,0% a.a.	-	-	37.566	37.676
p)	Ecorodovias Concessões	7a	Única	(i)	15/06/2018	jun/25	IPC-A + 7,4438% a.a.	-	-	466.760	441.944
q)	Ecorodovias Concessões	8a	1a	(i)	15/04/2019	abr/24	CDI + 1,30% a.a.	-	-	857.240	847.532
r)	Ecorodovias Concessões	8a	3a	(i)	15/04/2019	abr/26	IPC-A + 5,50% a.a.	-	-	85.094	80.550
s)	Ecorodovias Concessões	10a	Única	(i)	13/07/2020	jul/23	CDI + 3,50% a.a.	-	-	1.076.121	1.039.287
t)	Ecorodovias Concessões	11a	Única	(i)	22/08/2022	set/27	CDI + 1,60% a.a.	-	-	1.094.460	-
u)	Ecorodovias Infraestrutura	6a	Única	(i)	07/03/2022	mar/27	CDI + 2,00% a.a.	991.387	-	991.387	-
v)	Holding do Araguaia	1a	Única	(i)	15/10/2021	out/36	IPC-A + 6,6647%	-	-	1.525.391	1.390.070
								<b>991.387</b>		<b>9.495.731</b>	<b>7.076.352</b>
							Circulante	43.132	-	2.091.793	1.837.935
							Não circulante	948.255	-	7.403.938	5.238.418

(i) Simples, nominativa escritural, não conversível, distribuição pública.

Ref.	Valor Nominal	Custos Antecipados	Taxa efetiva (TIR)	Pagamento de juros	Amortização Principal	Tipo de Garantia	Repactuação
a)	681.000	(23.462)	10,60%	Anual	Anuais a partir de 2022	Quirografia	Não
b)	600.000	(2.223)	7,85%	Anual	Anual	Quirografia	Não
c)	950.000	(3.879)	7,39%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
d)	370.000	(1.851)	12,90%	Semestral	Semestral a partir de 2023	Quirografia	Não
e)	92.500	(3.255)	14,89%	Anual	Anual		Não
f)	92.500	(3.255)	14,87%	Anual	Anual	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
g)	92.500	(3.255)	14,94%	Anual	Anual		Não
h)	92.500	(3.255)	14,88%	Anual	Anual		Não
i)	230.000	(15.246)	10,90%	Anual	Anual a partir de 2022	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
j)	90.000	(13.904)	15,14%	Semestral	Semestral	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e Fiança Corporativa da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e da Argovias Administração e Participações S.A.	Não
k)	180.000	(310)	14,89%	Anual	No vencimento	Quirografia e Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
l)	600.000	(8.525)	12,47%	Semestral	Semestral a partir de 2026	Real de 100% das ações, cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhada com BNDES e BASA e Fiança Bancária	Não
m)	400.000	(11.043)	11,58%	Anual	Anual a partir de 2020	Quirografia	Não
n)	750.450	(1.977)	6,11%	Semestral	Anual a partir de 2021	Quirografia	Não
o)	30.000	(87)	11,90%	Anual	Anual a partir de 2023	Quirografia	Não
p)	350.000	(1.972)	13,54%	Anual	Anual a partir de 2024	Quirografia	Não
q)	833.675	(3.937)	9,11%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
r)	66.325	(296)	11,85%	Anual	Anual a partir de 2025	Quirografia	Não
s)	1.000.000	(13.126)	11,58%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
t)	1.050.000	(4.722)	8,81%	Semestral	No vencimento	Quirografia	Não
u)	950.000	(3.983)	15,67%	Semestral	Anual a partir de 2024	Quirografia	Não
v)	1.400.000	(55.373)	13,09%	Semestral	Semestral a partir de 2024	Alienação Fiduciária de 100% das ações. Cessão Fiduciária de todos e quaisquer recursos recebidos pela Emissora decorrentes das distribuições oriundas da SPE. Fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Não
	<b>10.901.450</b>	<b>(178.933)</b>					

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	Controladora					
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023.....	-	-	-	-	-	-
2024.....	380.000	(970)	379.030	-	-	-
2025.....	285.000	(527)	284.473	-	-	-
2026.....	190.000	(216)	189.784	-	-	-
2027.....	95.000	(32)	94.968	-	-	-
Posterior a 2027.....	-	-	-	-	-	-
	<b>950.000</b>	<b>(1.745)</b>	<b>948.255</b>			

	Consolidado					
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2023.....	-	-	-	1.577.450	(13.324)	1.564.126
2024.....	3.118.236	(11.582)	3.106.654	1.712.210	(7.446)	1.704.764
2025.....	650.712	(8.285)	642.427	274.606	(6.285)	268.321
2026.....	337.685	(7.642)	330.043	64.451	(5.952)	58.499
2027.....	1.267.765	(6.834)	1.260.931	36.753	(5.660)	31.093
Posterior a 2027.....	2.108.684	(44.801)	2.063.883	1.649.447	(37.832)	1.611.615
	<b>7.483.082</b>	<b>(79.144)</b>	<b>7.403.938</b>	<b>5.314.917</b>	<b>(76.499)</b>	<b>5.238.418</b>

A movimentação das debêntures no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício.....	-	149.563	7.076.353	5.432.771
Adições.....	945.829	-	3.695.026	2.310.924
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27).....	112.827	7.372	1.116.950	672.403
Pagamento principal.....	-	(150.000)	(1.399.971)	(673.485)
Pagamento de juros				



**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	420	86	25.817	40.402
Adições	-	1.391	181.761	13.350
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 27)	7	100	13.270	8.865
Pagamento principal	(420)	(1.057)	(53.248)	(27.935)
Pagamento de juros	(7)	(100)	(13.270)	(8.865)
Saldo no fim do exercício	-	420	154.330	25.817

**18. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 31 de dezembro de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Controladora	Natureza	Resultado	
		Receita locação de imóveis	Receita Juros de mútuo
RDC Concessões S.A. (a)	Controlada indireta	32	-
CECM Concessões S.A. (a)	Controlada indireta	15	-
Igll do Brasil (a)	Outras partes relacionadas	32	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (b)	Controlada indireta	74	856
Itinerar Construções Ltda. (o)	Outras partes	4	46
Igll do Brasil (o)	Outras partes	64	46
ASTM S.A. (q)	Controladora	195	-
Total em 31 de dezembro de 2022		416	948
Total em 31 de dezembro de 2021		334	799

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado		Custos e Despesas
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita de Locação de Imóveis/Serviços		
CBB Ind. e Com.de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	25.840	3.313	-	-	1.570	-
Consórcio Binário Porto de Santos (d)	Outras partes relacionadas	-	73.068	9.690	-	-	-	-
Consórcio Alça da Ponte (e)	Outras partes relacionadas	-	6.697	-	-	-	-	-
Consórcio BR050 (f)	Outras partes relacionadas	-	26.080	19.698	-	-	-	-
Consórcio SP-070 (g)	Outras partes relacionadas	-	2.110	-	-	-	-	-
Itinerar Construções Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	139.832	-	-	-	-	-
Itinerar Construções Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	216.731	-	-	-	-	-
ICCR 135 S.A. (i)	Outras partes relacionadas	-	51.437	22.978	-	-	-	-
ICCR 153 S.A. (j)	Outras partes relacionadas	-	38.780	38.780	-	-	-	-
Consórcio NN Engenharia e Consultoria (k)	Outras partes relacionadas	-	-	334	-	-	5.019	-
Consórcio Baixada Santista (l)	Outras partes relacionadas	-	224	-	-	-	-	-
Igll Brasil (m)	Outras partes relacionadas	56	-	-	-	-	-	-
SINELEC SPA (n)	Outras partes relacionadas	-	3.413	747	-	-	-	-
Itinerar Construções Ltda. (o)	Outras partes relacionadas	4	-	-	46	-	-	-
Igll Brasil (o)	Outras partes relacionadas	64	-	-	46	-	-	-
Igll Brasil (a)	Outras partes relacionadas	15	-	-	-	-	-	-
GLP Imigrantes Empreendimentos (p)	Outras partes relacionadas	-	-	1.317	-	-	-	-
Consórcio PSG (s)	Outras partes relacionadas	-	269	-	-	-	-	-
ASTM SPA (q)	Controladora	195	-	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022		334	584.481	96.857	5.111	6.589		
Total em 31 de dezembro de 2021		364	239.141	36.080	4.425	-		

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir: (a) O saldo refere-se a repasse de despesas entre unidades. (b) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da controlada indireta Ecosul, pertencente a Companhia. O saldo em aberto a receber de R\$74, (de aluguéis já incorridos) tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos. (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, e Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$166.944. O prazo para execução desses contratos é até 30 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto é de R\$3.313 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores. (d) O Consórcio Binário Porto de Santos, formado pelas partes relacionadas Itinerar Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., presta serviço de "Ampliação da Segunda Fase da adequação do sistema viário entre os KM 61,5 e KM 65 da SP-150 (Anchieta)" à Ecovias dos Imigrantes. O preço global firmado é de R\$135.367 e o prazo final para execução destes serviços é 01 de maio de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$9.690 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (e) O Consórcio Alças da Ponte, pertence aos acionistas da Crasa Infraestrutura S.A. e Itinerar Construções Ltda, prestou serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado era de R\$713.320 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido à ICCR 135 S.A. (i) A ICCR 135 S.A., cessionária do contrato junto à Itinerar Construções S.A. e Crasa Infraestrutura S.A. desde 1º de dezembro de 2022, presta serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado é de R\$713.320 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. O saldo em aberto de R\$22.978 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (f) A ICCR 153 S.A., cessionária do contrato junto à Itinerar Construções S.A. e Crasa Infraestrutura S.A. desde 1º de dezembro de 2022, prestará serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado é de R\$3.786.883 e o prazo final para execução destes serviços é 15 de janeiro de 2027. O saldo em aberto de R\$38.780 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (g) O Consórcio SP-070, formado pelas partes relacionadas Crasa Infraestrutura S.A. e Itinerar Construções Ltda, prestou serviços de recuperação do pavimento ao longo do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, sob concessão da Companhia. O preço global firmado era de R\$57.354 e o prazo final para execução destes serviços foi em 30 de novembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo a pagar. (h) A Itinerar Construções Ltda, prestou serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado era de R\$713.320 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido à ICCR 135 S.A. (i) A ICCR 135 S.A., cessionária do contrato junto à Itinerar Construções S.A. e Crasa Infraestrutura S.A. desde 1º de dezembro de 2022, presta serviços de execução de obras e serviços de melhorias operacionais, ampliação da capacidade e reforço estrutural nas rodovias BR135/MG, MG231/MG e LMG754/MG. O preço global firmado é de R\$713.320 e o prazo final para execução destes serviços é 28 de julho de 2024. O saldo em aberto de R\$22.978 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (j) A ICCR 153 S.A., cessionária do contrato junto à Itinerar Construções S.A. e Crasa Infraestrutura S.A. desde 1º de dezembro de 2022, prestará serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado é de R\$3.786.883 e o prazo final para execução destes serviços é 15 de janeiro de 2027. O saldo em aberto de R\$38.780 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (k) O Consórcio NN Engenharia e Consultoria, formado pelas partes relacionadas Itinerar Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A, presta serviços de construção civil. O preço global firmado é de R\$ 5.976 e o prazo final para execução destes serviços é em 31 de março de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$334 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (l) O Consórcio Baixada Santista, formado pelas partes relacionadas Itinerar Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A., irá prestar serviço de "Recuperação do Pavimento Flexível nas Rodovias que compõe o SAI - Sistema Anchieta-Imigrantes e usinagem de CBUQ, inclusive com Asfaltos Modificados na Usina da Ecovias". O preço global firmado é de R\$18.731 e o prazo final para execução destes serviços foi em 31 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, não há saldo a pagar. (m) A controlada Ecorodovias Concessões e Serviços, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$80 com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. (n) A SINELEC SPA, pertencente ao grupo ASTM, controlador do Grupo EcoRodovias, presta serviços de desenvolvimento e implementação de prova de conceito para sistema Multilane Freeflow Tolling à Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas e Eco101 Concessionária de Rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo em aberto de R\$747 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores. (o) A Itinerar Construções Ltda. e IGLI do Brasil Participações Ltda, firmaram contrato de locação de salas na sede da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. O preço global firmado é de R\$190 e o prazo final é 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo a receber é de R\$68. (p) GLP Imigrantes Empreendimentos, parte relacionada da Holding do Araguaia, controlada da Companhia, mantém contrato de aluguel do Galpão localizado na Rodovia dos Imigrantes. O preço global firmado é de R\$ 44.381 e o prazo final do contrato foi em 09 de agosto de 2022. O valor mensal do aluguel era de R\$598. (q) O saldo refere-se a repasse de despesas entre controladora e controlada. (r) A Itinerar Construções Ltda., prestou serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre as partes é de R\$3.786.883. O prazo para execução desses trabalhos é 15 de janeiro de 2027. Em 01 de dezembro de 2022, o referido contrato foi cedido para ICCR 153 S.A. (i) O Consórcio PSG, formado pelas partes relacionadas Itinerar Construções Ltda e Crasa Infraestrutura S.A, prestou serviços de assessoria técnica e coordenação dos serviços de elaboração e revisão dos projetos básicos e executivos do empreendimento, para as obras de interligação entre a Rodovia SP-150 e a Rodovia SP-055. O preço global firmado era de R\$ 3.769 e o prazo final para execução destes serviços foi em 30 de junho de 2022. Em 31 de Dezembro de 2022, não há saldo a pagar em aberto. Os saldos de contrato de mútuo entre empresas controladas em 31 de dezembro de 2022 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e serem eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	31/12/2022	31/12/2021
Ecorodovias Concessões	Ecopistas	10/2010	03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.	182.475	163.597
CECM Concessões S.A	Ecorodovias Concessões	12/2021	06/2022	100% CDI	-	70.410
RDC Concessões S.A.	Ecorodovias Concessões	12/2021	06/2022	100% CDI	-	80.490
CECM Concessões S.A	Ecorodovias Concessões	12/2021	02/2023	100% CDI	3.618	-
					186.093	314.497

**Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram pagos aos administradores beneficiários de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2022 em R\$13.445 (R\$14.955 para o exercício de 2021), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos. A remuneração provisionada aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração (fixa/variável)	2.937	4.846	22.742	22.872
Gratificação (a)	-	1.486	1.433	2.271
ILP Gavio (b)	-	1.314	-	1.314
Remun. com base em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock) (c)	(212)	(188)	(541)	(2.461)
Seguro de vida	4	3	52	46
Assistência saúde	90	166	1.281	1.298
Previdência privada	138	91	862	686
FGTS	121	65	1.086	836
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS))	413	221	3.850	2.995
Diretores estatutários	3.491	8.004	30.765	29.857
Conselho de Administração	4.866	3.121	5.211	3.178
Conselho Fiscal	791	794	791	784
Remuneração Global	9.148	11.909	36.767	33.819

(a) Refere-se à gratificação extraordinária paga aos diretores executivos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração; (b) Refere-se ao provisionamento e pagamento do incentivo de longo prazo previsto no contrato de trabalho do Diretor Executivo de Negócios Rodoviários do exercício de 2021, sendo este contratado pelo controlador. Os pagamentos foram realizados dentro dos parâmetros previstos pela legislação tributária brasileira; (c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração com base em ações está negativa, em função da redução do valor da ação da Companhia (ECOR3), base para a constituição da provisão de R\$7,32 em 31 de dezembro de 2021, para R\$4,45 em 31 de dezembro de 2022.

**19. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO**

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato ao longo de todo o período de concessão. Os montantes dessas obrigações são registrados a valor presente com taxas que variam entre 8,42% e 10,86% (7,92% a 10,50% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021), correspondentes ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) de cada concessionária.

Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.850.884	147.864	-	-	1.998.748
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(390.656)	(34.552)	-	-	(425.208)
Realização da manutenção	(1.479.352)	-	(119.909)	-	(1.599.261)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	320.995	-	-	28.423	349.418
	301.871	113.312	(119.909)	28.423	323.697
Circulante	95.143	-	-	-	94.792
Não circulante	206.728	-	-	-	228.905

	31/12/2020	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 26)	1.757.723	93.161	-	-	1.850.884
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 26)	(361.198)	(29.458)	-	-	(390.656)
Realização da manutenção	(1.219.909)	-	(259.443)	-	(1.479.352)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	279.338	-	-	41.657	320.995
	455.954	63.703	(259.443)	41.657	301.871
Circulante	262.142	-	-	-	95.143
Não circulante	193.812	-	-	-	228.905

**20. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pelas controladas indiretas. Os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos e financiamentos no ano de constituição da provisão até 31 de dezembro de 2019. A partir de 01 de janeiro de 2020 a taxa de desconto passou a corresponder ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) de cada concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras (*)	155.085	34.178	-	-	189.263
Efeito do valor presente sobre a constituição (*)	(21.858)	(20.681)	-	-	(42.539)
Realização da construção	(107.267)	-	(728)	-	(107.995)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	19.340	-	-	690	20.030
Atualização Monetária	4.257	3.703	-	-	7.960
	49.557	17.200	(728)	690	66.719
Circulante	37.357	-	-	-	18.971
Não circulante	12.200	-	-	-	47.748

	31/12/2020	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2021
Constituição da provisão para obras futuras (**)	141.691	13.394	-	-	155.085
Efeito do valor presente sobre a constituição (**)	(20.454)	(1.404)	-	-	(21.858)
Realização da construção	(105.877)	-	(1.390)	-	(107.267)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 27)	19.267	-	-	73	19.340
Atualização Monetária	5.088	(831)	-	-	4.257
	39.715	11.159	(1.390)	73	49.557
Circulante	1.618	-	-	-	37.357
Não circulante	38.097	-	-	-	12.200

(\*) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, referem-se a controlada EcoRioMinas. A taxa de desconto utilizada foi de 6,26% correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). (\*\*) As adições no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referem-se a controlada indireta Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. A taxa de desconto utilizada foi de 8,72% correspondente ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

**21. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO**

i) Outorgas fixas, variáveis, taxas de fiscalização e outras

	31/12/2022	31/12/2021
Parcelas:		
Fixas - Eco135 (a)	963.727	1.526.269
Variável - Ecovias (b)	2.003	1.748
Variável - Ecopistas (b)	669	507
Variável - Ecosul (c)	1.145	288
Taxa de fiscalização - Ecovias do Cerrado (d)		



**ecorodovias**

**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS**

CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

[www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. b) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas; Exploração mediante a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão e fiscalização dos serviços complementares, mediante o recebimento de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, com 143,5 km de extensão, compreendendo: (i) SP 070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho no km 11+190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR 116 km 117+400, Taubaté; (ii) SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19+300, Guarulhos; final do trecho do km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cubicba, Guarulhos; (iii) SPI-179/060 - Interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; (iv) SPI-035/056 - Interligação Itaquaquecetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+000, Itaquaquecetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento com a SP-070, km 35+700, Itaquaquecetuba; (v) SP-099 - Rodovias dos Tamoios: início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; (vi) SP-070, prolongamento até a SP-125, Taubaté; (vii) segmentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2km e estão localizados no km 45 (interseção com a SP-088) e no km 111 (interseção com a SP-103). O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão, além do mencionado na Nota Explicativa nº 21.v). Casos de extinção: Conforme cláusula 35 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; e (e) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. d) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.: A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 25 (vinte e cinco) anos, nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrência de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 27 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. e) Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. Ecoponte: Explora pelo regime de concessão o denominado Pó Rodoviário de Pelotas num total de 457,3 km, contendo as seguintes rodovias e trechos: BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Camaquã, em uma extensão de 123,4 km; BR-116, trecho entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, em uma extensão de 137,1 km; BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, em uma extensão de 68,4 km e BR-392, trecho entre as cidades de Pelotas e Santana da Boa Vista, em uma extensão de 128,4 km, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares a concessão de serviços públicos. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 13.3 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; e (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. f) Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.: A concessão consiste na exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da Rodovia Federal BR101/ES/BA entre a BA-698 (acesso à Mucuri-BA) até a divisa ES/RJ com 478,7km, sendo remunerada mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita acessória. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 25 (vinte e cinco) anos, nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrência de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. f) Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.: Explora pelo regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 - iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 - contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) - São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 - iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 - Perímetro Urbano de Cordeirosburg) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-231 com a BR-040 - Parapoêba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 - iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil - Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 - Perímetro Urbano de Cordeirosburg), com extensão de 40,10km, perfazendo uma extensão total de 364,0km, bem como a execução e gestão dos serviços delegados, o apoio na fiscalização e gestão dos serviços complementares prestados diretamente pela concessionária, mediante a cobrança de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. A alteração do prazo da concessão será admitida quando houver a necessidade de recompor o equilíbrio-financeiro do contrato, conforme cláusulas contratuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, ocorreu a assinatura do 1º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme Nota Explicativa nº 21.v). Casos de extinção: Conforme cláusula 43 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia; e (f) anulação. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. g) Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A.: Explora pelo regime de concessão o trecho de 436,6 km da BR-050, desde o entroncamento com a BR-040, em Goiás, até a divisa de Minas Gerais com o Estado de São Paulo, considerando o contorne existente em Uberlândia, incluindo os elementos integrantes da faixa de domínio, além de acessos e alças, edificações e terrenos, pistas centrais, laterais, marginais ou locais ligadas diretamente ou por dispositivos de interconexão com a rodovia, acostamentos, obras de arte especiais e quaisquer outros elementos que se concentrem nos limites da faixa de domínio, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas relacionadas nos termos do contrato de concessão "Edital nº 001/2013 Parte VII". A exploração da rodovia se dá mediante a cobrança de tarifa de pedágio. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses: (i) por imposição do interesse público, devidamente justificado; (ii) em decorrência de força maior, devidamente comprovada; e (iii) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração Rodoviária - PER, ou em decorrência de sua alteração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. h) Concessionária Ecovias do Cerrado S.A.: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário composto pelos trechos da BR-364/365/GO/MS, no trecho de entroncamento com a BR-060 (Jataí/GO) e o entroncamento com a LMG-479 (contorno Oeste de Uberlândia/MG), totalizando 437,0 km, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, nas seguintes hipóteses: (i) por até 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe; ou (ii) por até 2 (dois) anos, nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição do contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do contrato, o prazo do contrato poderá ser estendido, justificadamente, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 29 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. i) Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO, composto pelos trechos da (i) BR-153/TO/GO, de 624,1 km, entre o entroncamento com a TO-070 (Aliança do Tocantins) até o entroncamento com a BR-060 (Anápolis); (ii) BR-414/GO, de 139,6 km, entre o entroncamento com a BR-080/GO-230(A)/324 (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153/GO-222/330 (Anápolis); (iii) BR-080/GO, de 87 km, entre o entroncamento com a BR-414/GO-230(B) (Assunção de Goiás) até o entroncamento com a BR-153(A)/GO-342(B), mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças e/ou aditivos ao Contrato de Concessão. Recursos vinculados: Conforme cláusula 11 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora e da Conta de Aporte para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial; (ii) compensações decorrentes do acionamento do Mecanismo de Mitigação; (iii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iv) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (v) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a (i) 3% (três por cento) da Receita Bruta ao longo de todo o prazo da concessão; e (ii) 7% (sete por cento) da Receita Bruta do 1º (primeiro) ao 10º (décimo) ano da Concessão. Casos de extinção: Conforme cláusula 30 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. j) EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A.: Exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação da capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-116/465/493/RJ/MG, composto pelos trechos da (i) BR-116/RJ, entre o km 2,1 e o km 148,4; e entre o km 168,1 e o km 214,7, no Estado do Rio de Janeiro; (ii) BR-116/MG, entre o km 408,5 e o km 818,1, no Estado de Minas Gerais; (iii) BR-465/RJ, entre o km 0,0 e o km 22,8 no Estado do Rio de Janeiro; e entre o km 0,0 e o km 26,0; e entre o km 48,1 e o km 123,7, no Estado do Rio de Janeiro, mediante a cobrança de tarifa de pedágio e outras fontes de receita. O contrato foi contabilizado como ativo intangível. O Contrato de Concessão, poderá ser prorrogado, somente diante de situações extraordinárias, a critério exclusivo do Poder Concedente, por no máximo 5 (cinco) anos, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro, em decorrência de caso fortuito, força maior, fato da administração ou fato do príncipe. Nos casos em que houver estudo ou licitação em andamento para substituição de contrato em vigor e não haja tempo hábil para que o vencedor do certame assuma o objeto do contrato, o prazo de vigência poderá ser estendido nos termos da legislação, a fim de que não haja descontinuidade na prestação do serviço. Recursos vinculados: Conforme cláusula 12 do Contrato de Concessão, os Recursos Vinculados serão constituídos por transferências oriundas da Conta Centralizadora, da Conta de Aporte e da Conta de Free Flow para as Contas da Concessão, com utilização destinada exclusivamente às seguintes finalidades: (i) compensações decorrentes da adesão pela Concessionária ao Mecanismo de Proteção Cambial ou ao Mecanismo de Compartilhamento de Risco de Preço do Insumo; (ii) compensações decorrentes do Desconto de Usuário Frequente; (iii) recomposições do equilíbrio econômico-financeiro da Concessão; e (iv) pagamento de indenizações em função da extinção da Concessão. Será destinado à Conta de Retenção o valor correspondente a 4% (quatro por cento) da Receita Bruta, com exceção das receitas do Free Flow, ao longo de todo o prazo da concessão. O banco depositário deverá transferir 50% (cinquenta por cento) da arrecadação da Conta do Free Flow, auferida por meio efetivo de pagamento da tarifa cobrada no Trecho Metropolitano, para a Conta de Ajuste, sendo o restante transferido para a Conta de Livre Movimentação. Casos de extinção: Conforme cláusula 31 do Contrato de Concessão, a Concessão extinguir-se-á por: (a) advento do termo contratual (prazo final do contrato); (b) encampação; (c) caducidade; (d) rescisão; (e) anulação; ou (f) falência ou extinção da Companhia. Reversão dos Bens: Extinta a Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do Sistema Rodoviário, transferidos à Companhia, ou por ela implantados, no âmbito da Concessão. k) Ecoporto Santos S.A.: O Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 ("Contrato") celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo ("CODESP") e o Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos"), para exploração de instalação portuária com utilização de área sob a administração da CODESP, situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos, tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014. Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários ("ANTAQ"), aprovando o "Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental", contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêrines e outros ativos. Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários ("SNPTA"), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu entendimento ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêrines e outros ativos acima mencionados. Para mais informações vide Nota Explicativa nº 22.c). l) Ecoporto Logística Cubatão Ltda.: Direito real de uso sobre parte da gleba de terra com área de 442.679,36 m², descrita e confrontada pelo Decreto Municipal nº 7.814, de 07 de julho de 1999, que regulamentou a Lei Complementar nº 001, de 26 de março de 1999, onde funciona um terminal intermodal e regulador de fluxo de caminhões e cargas com destino ao Porto de Santos. ii) Outros compromissos relativos a concessões: As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2022, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos futuros relativos a EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A. estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

	31/12/2022 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul.....	7.704	84.612	45.947	138.263
Ecovias.....	490.667	1.067.975	57.729	1.616.371
Ecopistas.....	45.910	503.514	280.346	829.770
Eco101.....	1.234.994	510.659	436.697	2.182.350
Ecoponte.....	177.654	186.030	104.948	468.632
Eco050.....	445.363	1.336.485	11.581	1.793.429
Eco135.....	804.592	1.198.214	59.879	2.062.685
Ecovias do Cerrado.....	633.321	1.589.123	68.652	2.291.096
Ecovias do Araguaia.....	3.644.806	3.525.280	585.711	7.755.797
Total.....	7.485.011	10.001.892	1.651.490	19.138.393

	31/12/2021 (até o fim do prazo de concessão)			
	Natureza dos custos			
	Melhorias na infraestrutura	Conservação especial (manutenção)	Equipamentos	Total
Ecosul.....	19.616	120.044	43.647	183.307
Ecovias.....	425.454	1.130.992	55.741	1.612.187
Ecopistas.....	49.239	555.901	272.971	878.111
Eco101.....	1.360.981	589.956	414.934	2.365.871
Ecoponte.....	182.862	187.979	99.822	470.663
Eco050.....	446.083	1.464.030	13.844	1.923.957
Eco135.....	828.496	1.299.969	56.787	2.185.252
Ecovias do Cerrado.....	749.382	1.649.979	99.681	2.499.042
Ecovias do Araguaia.....	3.684.154	3.751.422	676.351	8.111.927
Total.....	7.485.011	10.001.892	1.651.490	19.138.393

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita e o custo de construção totalizaram R\$2.488.971, não gerando lucros ou prejuízos na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto dos Contratos de Concessão. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 21 Provisão para Manutenção, as controladas da Companhia, tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la aos Poderes Concedentes ao final dos Contratos de Concessão. Seguros Contratados: As controladas da Companhia, tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os Contratos de Concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (encharcamento e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2022, as principais apólices e coberturas são conforme segue:

Natureza	Companhia	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Ampliação.....	Ecovias dos Imigrantes	01/01/2024	Potential	173.863
Seguro Garantia - Ampliação.....	Ecopistas	31/12/2023	Fator	66.507
Seguro Garantia - Construções.....	CECM Concessões	01/07/2023	HDI	5.880
Seguro Garantia - Construções.....	RDC Concessões	31/08/2023	HDI	52.917
Seguro Garantia - Operações.....	Ecosul	31/08/2023	BTG/TOO	25.847
Seguro Garantia - Operações.....	Ecovias	01/01/2024	Potential	534.233
Seguro Garantia - Operações.....	Ecopistas	31/12/2023	Fator	178.226
Seguro Garantia - Operações.....	Eco101	31/12/2023	Fator	129.955
Seguro Garantia - Operações.....	Ecoponte	31/12/2023	Fator	253.248
Seguro Garantia - Operações.....	Eco050	31/12/2023	BTG/TOO	602.651
Seguro Garantia - Operações.....	EcoRioMinas	31/12/2023	BMG	708.643
Seguro Garantia - Operações.....	Eco135	01/07/2023	Potential	194.262
Seguro Garantia - Operações.....	Ecovias do Cerrado	31/12/2023	BTG/TOO	133.064
Seguro Garantia - Operações.....	Ecovias do Araguaia	31/12/2023	Potential	442.365
Seguro Garantia - BID Edital CRT (EcoRioMinas).....	Ecorodovias Concessões e Serviços	16/05/2023	BMG	138.646
Seguro Garantia - BID Edital Noroeste Paulista.....	Ecorodovias Concessões e Serviços	13/03/2023	BTG/TOO	58.066
				<u>3.698.363</u>

iv) Termos Aditivos Modificativos ("TAM") - Ecovias dos Imigrantes: TAM nº 020/2022: Em 31 de março de 2022, ocorreu a celebração do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 20/2022, ao contrato de concessão 007/CR/1998, entre a controlada indireta Ecovias dos Imigrantes ("Ecovias"), a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"). O TAM nº 20/2022 estabeleceu que a Ecovias assumirá a execução de obras de complementação do dispositivo de acesso ao Bairro Jardim Casqueiro, localizado no km 59+850 da Rodovia Anchieta, mediante a implantação de via colorida na pista norte e a alça de acesso do viaduto à Av. Joaquim Jorge Peralta, além de outras intervenções. As obras proporcionarão melhorias nos acessos, trânsito e segurança dessa região do município de Cubatão-SP e serão realizadas até setembro de 2023. O valor total das obras e serviços é de R\$72.675 (base: set/2021), gerando um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno (TIR) de 8,583%, a ser reequilibrado em favor da Ecovias, mediante a prorrogação de prazo de 62 dias, com término da concessão no dia 21 de janeiro de 2034, considerando a projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme alteração do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. TAM nº 021/2022: Em 30 de setembro de 2022, ocorreu a celebração do Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 21/2022, ao contrato de concessão 007/CR/1998, entre a controlada indireta Ecovias dos Imigrantes ("Ecovias"), a Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"). O TAM nº 21/2022 estabeleceu que a Ecovias assumirá a execução de obra correspondente à implantação de Ciclovia e Passarela da chamada "Rota Márcia Prado" entre o km 38 e o km 42 da Rodovia dos Imigrantes (SP 160). A obra proporcionará maior segurança viária aos ciclistas que acessam o trecho com destino ao litoral, possibilitando a segregação do trânsito das bicicletas da frota da Rodovia dos Imigrantes e será realizada até outubro/2023. O valor total das obras e serviços é de R\$17.200 (base: mar/2022), gerando um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno (TIR) de 9,46%, a ser reequilibrado em favor da Ecovias, mediante a prorrogação de prazo de 21 dias, com término da concessão no dia 11 de fevereiro de 2034, considerando a projeção de tráfego conforme metodologia ARTESP, podendo variar conforme alteração do tráfego futuro, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. v) Termo Aditivo Modificativo Coletivo ("TAM Coletivo") nº 022/2022 - Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas: Em 17 de agosto de 2022, as controladas Ecovias dos Imigrantes e Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas, assinaram o Termo Aditivo Modificativo Coletivo nº 022/2022, com o Estado de São Paulo, representado pela Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente"), e ARTESP - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, na qualidade de interveniente-anuente. O TAM Coletivo tinha por objeto disciplinar o reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão das Concessionárias em razão da não aplicação do reajuste tarifário de 11,7% previsto para 1º de julho de 2022. O reequilíbrio ocorreu por meio de pagamentos bimestrais, realizados pelo Poder Concedente às Concessionárias no último dia útil dos meses de (i) agosto, (ii) outubro e (iii) dezembro de 2022, relativo ao montante da receita que deixou de ser arrecadada nos seguintes períodos: (i) 1º de julho a 15 de agosto; (ii) 16 de agosto a 15 de outubro; e (iii) 16 de outubro a 15 de dezembro de 2022. O TAM Coletivo ainda previa que o reajuste das tarifas de pedágio de 11,7% seria aplicado até 16 de dezembro de 2022, data em que foram efetivamente aplicados os reajustes das tarifas. vi) 1º Termo Aditivo - Eco135 Concessionária de Rodovias: Em 29 de junho de 2022, ocorreu a celebração do 1º Termo Aditivo ao contrato SETOP 004/2018 de Concessão da BR135, entre a controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. e o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - SEINFRA, que resultará no reequilíbrio em favor da Concessionária, mediante desconto integral da outorga pelo prazo de 30 meses, a contar a partir do início da operação do segmento rodoviário denominado Anel Viário de Montes Claros pela controlada. O desconto sobre o valor total da outorga a ser pago ao Poder Concedente pela Concessionária é de R\$244.000 (base: mar/2022), representando uma redução de aproximadamente 20% em valor presente das obrigações futuras (R\$253.718 na data do registro contábil em junho de 2022). O Termo Aditivo tem por objeto a incorporação, no Contrato de Concessão, do Anel Viário composto por 14,09 km de rodovia, sendo 4,45 km referente à implantação de novos trechos e 9,64 km referente a restauração e adequação de trecho já existente. O valor total das obras do Anel Viário é de R\$230.000 (base: mar/2022), resultando em um impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a uma taxa interna de retorno real deslavalancada (TIR) de 8,47% a.a. em favor da Concessionária, seguindo a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal. O Termo Aditivo ainda prevê a exclusão de trecho urbano de Montes Claros com extensão de 3,1 km, que será excluído do Contrato de Concessão concomitantemente ao início da operação do Anel Viário, previsto para janeiro de 2024, no valor total de R\$44.000 (base: mar/2022). vii) Revisão da taxa AVP - Eco135 Concessionária de Rodovias: Considerando que, conforme Nota Explicativa nº 21.v), em 29 de junho de 2022 a controlada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., assinou termo aditivo ao Contrato de Concessão, estabelecendo novos termos de contrato e com consequente redução na divisa regulatória, a Companhia realizou de acordo com o pronunciamento técnico CPC 12 Ajuste a Valor Presente item 5, a revisão da taxa de AVP atual. A nova taxa de AVP permite uma melhor posição de valor econômico, promovendo a divulgação de informações mais próximas da realidade econômica. Mediante utilização da técnica de ajuste a valor presente, as contas do Ativo e as do Passivo são avaliadas por critérios de mensuração que possibilitam apresentá-las a valores correspondentes às respectivas datas de transação. Uma nova mensuração do ajuste a valor presente foi realizada, gerando um novo reconhecimento do valor patrimonial. A taxa de desconto considerando a taxa WACC real atual é de 8,37%. viii) Adesão ao Processo de Relicitação - Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.: Conforme Fato Relevante, divulgado em 15 de julho de 2022, a controlada Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. protocolou, naquela data, junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, declaração formal quanto à intenção de adesão ao processo de relicitação, que compreende a extinção amigável do Contrato de Concessão e a celebração de um Termo Aditivo com novas condições contratuais até a nova licitação do empreendimento, referente ao objeto do Contrato de Concessão celebrado com a ANTT, nos termos da Lei nº 13.448/2007, regulamentada pelo Decreto nº 9.957/2019. A Companhia reitera que todos os serviços continuarão a ser prestados normalmente, de forma a preservar o interesse e a segurança dos usuários da Rodovia BR-116/ES/BA. O requerimento apresentado pela Concessionária teve a sua viabilidade





**ecorodovias**

ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948

www.ecorodovias.com.br

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2022	31/12/2021
<b>Base de cálculo de impostos</b>		
Receitas com arrecadação de pedágio	3.458.392	3.463.568
Receitas portuárias	622.855	518.730
Receitas logísticas	33.394	27.121
Receitas acessórias	111.062	108.602
	<u>4.225.703</u>	<u>4.118.021</u>
<b>Deduções</b>		
Cofins (i)	(176.842)	(168.703)
PIS (ii)	(38.554)	(36.567)
ISS (iii)	(214.506)	(209.875)
Outros - ICMS	-	(3)
Dedução do reconhecimento da receita	(221.265)	(212.865)
Abatimentos	(2.178)	(1.681)
	<u>(653.345)</u>	<u>(629.694)</u>

i. Alíquota para: concessionárias 3% e portos e logística 7,6%. ii. Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos e logística 1,65%. iii. Alíquota de média de 5,0%. (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. Conforme Nota Explicativa nº 22.b), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC47 Receita de Contrato com Clientes (IFRS15), a controlada Ecosul, efetuou o registro do direito ao equilíbrio no montante de R\$78.582. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos. São receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termareis. (d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acesso, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (e) Refere-se as receitas auferidas pelo Ecopátio Logística Cubatão Ltda. As operações desta empresa voltaram a ser consolidadas pela Companhia. (f) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas das controladas diretas Ecoporto e Termareis, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

**26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	19.482	11.745	500.505	440.488
Conservação e manutenção e outros	400	392	158.258	180.145
Serviços de terceiros (i)	7.094	11.406	303.008	291.508
Seguros	1.431	1.259	26.110	24.966
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 21)	-	-	103.181	85.613
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	113.312	63.703
Custo de construção de obras	-	-	2.488.971	1.163.434
Depreciações e amortizações (Vide Nota explicativa nº 12 e 13)	1.446	1.326	581.212	691.144
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	661	475	17.537	14.015
Outros custos e despesas operacionais	1.844	801	153.518	135.437
	<u>32.358</u>	<u>27.404</u>	<u>4.445.612</u>	<u>3.090.453</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	-	-
Despesas gerais e administrativas	32.358	27.404

(i) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigilância, ambulâncias, resgates e remoções.

**27. RESULTADO FINANCEIRO**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras:</b>				
Receita de aplicações financeiras	5.067	22.774	238.672	115.597
Juros sobre Mútuos	-	242	-	-
Atualização monetária depósitos judiciais	3	1	13.563	3.738
Receita aplicação - conta garantia TAM ARTESP - Ecovias	-	-	-	17.866
Atualização monetária venda Elog	2.318	2.745	2.318	2.745
Atualização monetária ativo sujeito à indenização	-	-	81.281	103.729
Outras	601	315	11.228	4.022
	<u>7.989</u>	<u>26.077</u>	<u>347.062</u>	<u>247.697</u>
<b>Despesas financeiras:</b>				
Juros sobre debêntures	(111.725)	(6.793)	(886.972)	(372.390)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(44.443)	(112.409)	(191.643)	(256.942)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	(207.629)	(281.894)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.102)	(579)	(22.349)	(18.119)
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	(154.275)	(201.018)
Ajuste a valor presente - provisão de manutenção e provisão de obras futuras	-	-	(29.113)	(41.730)
Variação cambial/monetária sobre empréstimos financiamentos	-	-	(30.809)	(20.337)
Juros capitalizados	-	-	252.577	129.492
Pis/Cofins sobre outras receitas financeiras	(459)	(1.275)	(12.058)	(17.564)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(3)	-	(47.596)	(29.742)
Juros sobre passivos de arrendamentos - CPC 06 (R2)	(7)	(100)	(13.270)	(8.865)
Outras	(4.827)	(8.938)	(36.017)	(44.042)
	<u>(162.566)</u>	<u>(130.094)</u>	<u>(1.379.154)</u>	<u>(1.163.151)</u>
	<u>(154.577)</u>	<u>(104.017)</u>	<u>(1.032.092)</u>	<u>(915.454)</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado financeiro, líquido		
Lucro básico e diluído - resultado do exercício	0,35	0,59
Lucro básico e diluído - resultado de operações continuadas	0,36	0,59
a) Lucro por ação		
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	245.695	372.042
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	253.037	372.042
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	631.099
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	630.386
Lucro básico por ação - R\$	0,35	0,59
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,36	0,59
b) Lucro diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações, e o plano de opção com base em ações a empregados (Stock Options) expirou em 28 de abril de 2020.		

**28. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro básico e diluído - resultado do exercício	0,35	0,59
Lucro básico e diluído - resultado de operações continuadas	0,36	0,59
a) Lucro por ação		
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	245.695	372.042
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	253.037	372.042
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	696.334	631.099
Média ponderada das ações em tesouraria	(713)	(713)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	695.621	630.386
Lucro básico por ação - R\$	0,35	0,59
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,36	0,59
b) Lucro diluído: A Companhia não possui dívida conversível em ações, e o plano de opção com base em ações a empregados (Stock Options) expirou em 28 de abril de 2020.		

**29. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO**

**Gestão de capital:** O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

**Índice de endividamento**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dívida (i)	991.387	1.258.083	13.743.309	12.590.154
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras - conta reserva	(5.751)	(10.928)	(2.690.009)	(3.285.720)
Dívida líquida	985.636	1.247.155	11.053.381	9.304.434
Patrimônio líquido (ii)	2.303.694	2.120.309	2.518.680	2.330.038
Índice de endividamento líquido	0,43	0,59	4,39	3,99

(i) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos a pagar e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nº 15, 16, 17 e 21. (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

**Considerações gerais:** A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como valor justo. • Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remuneradas a taxa média ponderada de 102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (102,2% em 31 de dezembro de 2021), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes, fornecedores e risco sacado: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Empréstimos, financiamentos, debêntures, passivos de arrendamentos e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado. Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	34.371	34.371
Clientes (ii)	325.537	325.537
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (i)	1.578.107	1.578.107
Outros créditos - conta reserva - Ecovias do Araguaia (vi)	1.125.566	1.125.566
Passivos:		
Fornecedores (ii)	270.251	270.251
Risco sacado (ii)	11.523	11.523
Empréstimos e financiamentos (iii)	1.995.281	1.930.283
Debêntures (iii)	9.495.731	7.919.467
Passivos de Arrendamentos (iii)	154.330	154.330
Obrigações com Poder Concedente (iv)	972.482	2.363.552
Obrigações com Poder Concedente (vi)	1.125.566	1.125.566

(i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva, aproximam-se do valor justo na data do balanço. (ii) Os saldos das rubricas "Clientes", "Fornecedores" e "Risco sacado" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias. (iii) Os empréstimos, financiamentos, passivos de arrendamentos e debêntures estão registrados ao custo amortizado na data do balanço. (iv) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente". (v) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas. (vi) Conforme Nota Explicativa nº 9.a), o valor refere-se a: (i) conta de Aporte de titularidade da Concessionária Ecovias do Araguaia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com autorização da ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 4% da receita da Concessionária EcoRioMinas e 10% da receita da Concessionária Ecovias do Araguaia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais.

**Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

**Risco Subcategoria**

Operacional ..... Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;  
Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;

Financeiro ..... Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;  
Compliance ..... Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e  
Reputacional ..... Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo EcoRodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo EcoRodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: • Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e • Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco. A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente. A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças. Com relação a avaliação de

riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional. No Grupo EcoRodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros. b) Risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A de R\$147.208 (R\$103.605 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes". c) Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	4 anos em diante			
	1 ano	2 anos	3 anos	cliente
Debêntures	3.436.133	3.886.910	1.663.766	9.240.875
Banco Nacional do Desenvolvimento Social - BNDES	179.166	184.239	181.899	1.697.538
Caixa Econômica Federal - FINISA/FDCO	54.758	53.972	53.168	594.221
Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	11.349	11.349	11.349	147.535
Obrigações com Poder Concedente	103.593	109.705	116.178	5.489.149
Finame	1.631	6.837	6.216	5.590
Notas Promissórias	51.252	37.562	32.582	32.934
Passivos de Arrendamentos	3.837.882	4.292.574	2.065.158	17.207.842
	<u>3.436.133</u>	<u>3.886.910</u>	<u>1.663.766</u>	<u>9.240.875</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$1.233.987 (ativo circulante de R\$2.066.402 e passivo circulante consolidado de R\$3.300.389), principalmente decorrente de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto prazo. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento. Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, e do IPCA, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	140.582	175.727	210.873
Juros sobre debêntures (a)	Alta do CDI	(1.040.126)	(1.164.531)	(1.287.435)
Juros sobre debêntures (b)	Alta do IPCA	(439.319)	(467.983)	(496.363)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta da IPCA	(947)	(1.183)	(1.420)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (b)	Alta do IPCA	(132.514)	(164.801)	(197.089)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do TJLP	(32.047)	(33.016)	(33.986)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(1.504.371)</u>	<u>(1.655.787)</u>	<u>(1.805.420)</u>

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) são as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%
IPCA (b)	5,21%	6,52%	7,82%
TJLP (c)	6,91%	8,64%	10,37%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA - Dezembro/2022.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

**30. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO**

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM"). Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia tem como base: a) Concessões: O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., CECM Concessões S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, RDC Concessões S.A., Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte, EcoRioMinas Concessionária de Rodovias S.A., Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., Eco050 - Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ecovias do Cerrado S.A. e Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. b) "Holding" e serviços: Esse segmento apresenta as empresas EIL01 Participações S.A., EIL04 S.A., EIL05 S.A., EIL06 S.A., Argovias Participações, ELG-01, Anish Empreendimentos, Paqueta Participações, e as "Holdings" EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. do segmento de concessionárias, Holding do Araguaia S.A., e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. c) Portos: Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termareis - Terminais Marítimos Especializados Ltda. d) Logística: A Companhia detém 100% de participação no Ecopátio Logística Cubatão Ltda, que tem como objeto administrar o terminal intermodal e regulador do fluxo de caminhões de cargas com destino ao Porto de Santos. A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Concessões rodoviárias	89,61%	89,00%



**ecorodovias**  
**ECORODOVIAS INFRAESTRUTURA  
 E LOGÍSTICA S.A. E CONTROLADAS**  
 CNPJ nº 04.149.454/0001-80 - NIRE 35.300.181.948  
[www.ecorodovias.com.br](http://www.ecorodovias.com.br)

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022 e de 2021**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

**32. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS**

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A. O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu em seu resultado R\$7.342, referentes à cláusula de indenização.

**33. RISCO SACADO**

O Grupo EcoRodovias mantém convênio com o Banco Bradesco para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco Bradesco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Por não ter objetivo de financiar aquisições de serviços e mercadorias, através de instituições financeiras, esta operação está apresentada nas Demonstrações Financeiras, no passivo circulante, com a nomenclatura "Risco Sacado" logo abaixo da rubrica "Fornecedores". Em 31 de dezembro de 2022, o valor consolidado é de R\$11.523 (R\$15.203 em 31 de dezembro de 2021).

**34. EVENTOS SUBSEQUENTES**

**Decisão Supremo Tribunal Federal (STF):** Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A Administração da Companhia e de suas controladas, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia e de

suas controladas. Cobrança de pedágio EcoRioMinas nas praças Viúva Graça e Viúva Graça (B): Em 01 de março de 2023, a controlada EcoRioMinas iniciou a cobrança de pedágio nas praças Viúva Graça e Viúva Graça (B), que representam, em conjunto, aproximadamente 32% da receita de pedágio total prevista da concessão. A controlada administra as rodovias BR-116/465/493/RJ/MG, incluindo o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro e o trecho de Serra de Teresópolis, totalizando 726,9 km de extensão. **Debêntures Ecopistas:** Em 02 de março de 2023, o Conselho de Administração da controlada Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, aprovou a 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie de garantia real, em 2 (duas) séries, para distribuição pública, registrada sob o rito automático, destinada a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160/2022 no valor total de R\$1.180.000 (sendo R\$472.000 da primeira série e R\$708.000 da segunda série). A emissão será realizada nos termos do artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, do Decreto nº 8.874 de 11 de outubro de 2016 e da Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº 4.751 de 26 de setembro de 2019, tendo em vista o enquadramento do Projeto como prioritário pelo Ministério de Estado dos Transportes, por meio da Portaria n.º 168, expedida em 27 de fevereiro de 2023 e publicada no Diário Oficial da União em 1º de março de 2023, a data de emissão será 15 de março de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPCA + taxa a ser definida no procedimento de *Bookbuilding*, e o pagamento da remuneração será realizado trimestralmente, a partir da data de emissão. As debêntures da primeira série terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto em 15 de março de 2030, sendo amortizadas em parcelas semestrais consecutivas. As debêntures da segunda série terão prazo de vencimento de 12 (doze) anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de março de 2035, sendo também amortizadas em parcelas semestrais consecutivas. **Debêntures Ecovias dos Imigrantes:** Em 03 de março de 2023, o Conselho de Administração da controlada Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., aprovou a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático, sob regime de garantia firme de colocação, nos termos da Lei nº 6.385/1976 e da Resolução CVM 160/2022, no valor total de R\$900.000. Sobre as referidas debêntures incidirão juros remuneratórios de CDI + 2,00%, sendo o pagamento da remuneração realizado trimestralmente, a partir da data de emissão. As referidas debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos, contados da data de emissão, sendo amortizada em parcela única na data do vencimento.

**Conselho de Administração**

<p><b>Membros Efetivos</b></p> <p>Marco Antônio Cassou (Presidente)                  Umberto Tosoni (Vice - Presidente)                  Juan Angoitia Grijalba                  Beniamino Gavio                  Alberto Gargioni                  Stefano Mario Giuseppe Viviano                  Cesar Beltrão de Almeida                  Ricardo Bisordi de Oliveira Lima (Independente)</p> <p><b>Membros Suplentes</b></p> <p>Eros Gradowski Junior                  Luis Miguel Dias da Silva Santos                  Paolo Pierantoni</p> <p><b>Comitê de Auditoria</b></p> <p>Ricardo Bisordi (Coordenador)                  Lucia Scaglione                  Flávio Franco</p>	<p><b>Comitê de Gestão de Pessoas e Governança</b></p> <p>Marco Antônio Cassou (Coordenador)                  Umberto Tosoni                  Alberto Gargioni</p> <p><b>Comitê de Investimentos, Finanças e Riscos</b></p> <p>Ricardo Bisordi (Coordenador)                  Marco Antônio Cassou                  Umberto Tosoni</p>
---	--

**Conselho Fiscal**

<p><b>Membros Efetivos</b></p> <p>Sergio Tuffy Sayeg (Presidente)                  José Boeing                  Paulo Sergio Aldrighi</p> <p><b>Membros Suplentes</b></p> <p>João Alberto Bernacchio                  Eduardo Georges Chehab                  José Dimas Gurgel</p> <p><b>Diretoria</b></p> <p><b>Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores:</b> Marcelo Guidotti  <b>Diretor Vice-Presidente de Serviços Corporativos e Jurídico:</b> Rodrigo Jose de Pontes Seabra Monteiro Sales  <b>Diretor Vice-Presidente de Serviços Técnicos e Engenharia:</b> Roberto Borges Paiva  <b>Diretora de Finanças Corporativas:</b> Andréa Paula Fernandes  <b>Diretor de Planejamento, Riscos e Controles:</b> Fabio Truglio</p>
--

Contador: HUGO RAFAEL MITZ - CRC 1PR050369/O-4 T SP

**Parer do Conselho Fiscal**

Os membros titulares do Conselho Fiscal, todos independentes, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. realizada em 27 de abril de 2022, desenvolveram, a partir da sua posse, trabalhos de forma abrangente tanto em conjunto como individualmente. As reuniões do Conselho Fiscal realizadas até a presente data contaram sempre com a presença dos três membros titulares.

Não somente, mas também nessas ocasiões, documentos e amplo conjunto de informações e esclarecimentos foram solicitados pelos membros do Conselho Fiscal e fornecidos pela Companhia.

Nas reuniões, quando solicitadas, foram registradas as presenças de representantes da Administração e suas equipes, membros do Comitê de Auditoria e de sócios e gerentes da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes para prestação de esclarecimentos, dentre outros, sobre (i) as operações da Companhia e das controladas; (ii) a dinâmica dos negócios e resultados no período; (iii) gestão de riscos e matriz de riscos corporativos; (iv) posição geral do endividamento, captações de recursos e cronograma de vencimentos; (v) relatório de recomendações para o aprimoramento de controles internos, elaborado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em conexão com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, acompanhado dos comentários e planos de ação da Administração; (vi) premissas e demonstrativos de cálculo utilizados para provisão de manutenção e testes de recuperabilidade de ativos (impairment); (vii) contabilização para manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos no exercício social de 2022; (viii) Termos Aditivos Modificativos de concessões; (ix) homologação judicial do Acordo de Não Persecução Cível com o Ministério Público do Estado de São Paulo; investigação na Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Operação Infinita Highway"); Acordo de Leniência com o Ministério

Público Federal - Paraná e Monitoramento Independente; (x) Programa de Compliance; (xi) Programa de Ética e Integridade, inclusive com realização de treinamentos pelos membros do Conselho Fiscal; (xii) nova estrutura organizacional e composição da Diretoria Estatutária e Diretorias; e (xiii) principais assuntos de auditoria.

Os membros titulares do Conselho Fiscal da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento ao que dispõe a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, examinaram (a) o Relatório da Administração, e (b) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e respectivas notas explicativas.

O Conselho Fiscal conheceu as Propostas da Administração relativas à distribuição de dividendos e ao orçamento de capital, a serem submetidas à Assembleia Geral.

Foi também examinado o Estudo Técnico referente à manutenção dos montantes registrados de créditos fiscais diferidos na data base de 31 de dezembro de 2022, em atendimento à Resolução CVM nº 109, de 20 de maio de 2022 e ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Com base nos documentos examinados, nas análises realizadas, nos esclarecimentos prestados pela Administração e auditores independentes no decorrer do exercício social, e também no Relatório, desta data, sem ressalva, da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os documentos acima referidos estão em condições de serem apresentados à Assembleia Geral de Acionistas para deliberação.

São Paulo, 15 de março de 2023.  
**Sérgio Tuffy Sayeg** - Presidente  
**José Boeing**  
**Paulo Sergio Aldrighi**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 25)</b></p> <p>A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.</p>
<p><b>Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 13)</b></p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 13.690.104 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários e estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.</p>
<p><b>Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC")</b></p> <p>Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público de São Paulo ("MPSP"), a Companhia celebrou Acordo de Não Persecução Cível ("ANPC") com o MPSP. O ANPC foi celebrado no âmbito e com vistas à resolução consensual dos objetos dos inquéritos civis PJP-PP-CAP nº 1.071/2014, 295/2018 e 489/2018, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Capital de São Paulo. Em 1º de abril de 2022 o ANPC foi homologado judicialmente o que encerra a etapa homologatória e se inicia o cumprimento das obrigações estabelecidas no ANPC. Em 30 de setembro de 2022, conforme documentação juntada pela superintendência jurídica da Artesp, o secretário de governo do estado de São Paulo, acolheu a documentação que demonstra a preferência pelo recebimento em dinheiro do valor de R\$ 150.000 mil. Conforme divulgado na Nota 22 e às demonstrações financeiras, o acordo estabelece que a Companhia arcará com o valor de R\$ 638.000 mil, que foi destinado conforme decidido entre o MPSP, Secretaria de Estado de Logística e Transportes de São Paulo e a Companhia. Desse valor, R\$ 38.000 mil foram pagos pela Companhia. Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da complexidade dos julgamentos envolvidos para a definição dos reflexos contábeis, bem como pela relevância dos valores.</p>	<p>Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do ANPC firmado entre a Ecovias e o MPSP e o respectivo aditivo do acordo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do ANPC. Também envolvemos os nossos especialistas forenses para analisar, de forma geral, as características e estrutura do acordo. Inspecionamos os valores dispostos no ANPC e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração. Observamos os procedimentos e controles de conformidade implementados pela Companhia, além das políticas internas. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.</p>
<p><b>Termo Aditivo Modificativo ("TAM")</b></p> <p>Durante o exercício de 2022 a Companhia e o Estado de Paulo, por sua Secretaria de Logística e Transportes, firmaram os Termos Aditivos Modificativos no 20/2022 e no 21/2022. Conforme divulgado na Nota 21 (iv) às demonstrações financeiras, o termo estabelece que a Companhia assumirá a execução das obras no valor de R\$ 89.875 mil, com isso a Companhia deverá realizar os investimentos nos trechos dessa concessão, em contrapartida obtive o direito de estender o prazo do contrato de concessão até 11 de fevereiro de 2034, além de outros aspectos divulgado na nota explicativa às demonstrações financeiras. Este tema foi considerado com um dos Principais Assuntos de Auditoria em razão da relevância dos valores apresentados no termo, bem como pela complexidade e julgamento envolvido.</p>	<p>Com o suporte de nossos especialistas jurídicos, realizamos a leitura do TAM firmado entre a Ecovias e o Estado de São Paulo e mantivemos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender os termos do acordo e os seus aspectos legais, bem como obtivemos opiniões legais dos advogados que cuidaram do TAM. Inspecionamos os valores dispostos no TAM e os confrontamos com os montantes incluídos nos relatórios auxiliares da Companhia, que serviram de base para as contabilizações e divulgações realizadas pela administração. Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as tratativas contábeis e de divulgação estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.</p>



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Descumprimento de leis, normas e regulamentos (Nota 22(d))</b></p> <p>Em virtude das investigações realizadas pelo Ministério Público Federal ("MPF"), no âmbito da "Operação Infinita Highway", a Companhia finalizou as análises internas e apurou os efeitos do não cumprimento das cláusulas do contrato de concessão entre a Eco101 e o Poder Concedente. Nesse sentido, a administração da Companhia, assessorada por especialistas independentes, apurou os fatos e os valores devidos pelo não cumprimento do contrato, no valor de R\$ 72.614 mil em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, a Companhia está trabalhando juntamente com os seus assessores jurídicos no sentido de buscar um possível acordo junto ao MPF para encerramento deste inquérito. Este tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em razão da complexidade para apuração das obrigações contratuais e em função de aspectos relacionados à forma de encerramento deste assunto</p>	<p>Com o suporte de nossos especialistas forenses, realizamos reuniões com os assessores jurídicos internos e externos da Companhia, com o objetivo de entender o andamento do processo, bem como das ações tomadas pela administração para apurar o valor da obrigação registrada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, bem como as atualizações sobre o tema para o exercício de 2022. Adicionalmente, realizamos a análise da documentação disponível sobre o tema. Envolvemos também os nossos especialistas jurídicos para analisar a razoabilidade das premissas jurídicas adotadas pela Companhia, fundamentada em posição dos seus advogados externos, em relação aos efeitos do descumprimento contratual da concessionária que está sendo apurado no Inquérito Policial. Avaliamos a razoabilidade dos cálculos realizados pela Companhia, que suportam as contabilizações e divulgações feitas pela administração. Consideramos que as divulgações estão consistentes com as informações analisadas e representações obtidas em nossa auditoria.</p>

**Outros assuntos**

**Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers  
 Auditores Independentes Ltda.  
 CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando  
 Contador CRC 1SP217518/O-7